

REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

uma história para contar e recontar



Organizadores:

Adriana Marcolino

Leonardo Penafiel Pinho

Wenderson Gasparotto



REDES DE COOPERAÇÃO SOLIDÁRIA

uma história para contar e recontar

Adriana Marcolino
Leonardo Penafiel Pinho
Wenderson Gasparotto
(Organizadores)

Redes de cooperação solidária

- uma história para contar e recontar

1ª edição



Santo André-SP
Março de 2023

Redes de cooperação solidária - uma história para contar e recontar / UNISOL BRASIL - São Paulo, SP, 2023. 146 folhas.

O livro é o resultado do registro e avaliação do projeto executado pela UNISOL BRASIL e financiado pela SENAES/MTP, intitulado “Construção e consolidação da autonomia econômica de mulheres e de Redes de cooperação solidária, por meio da operacionalização de ciclo de impacto com Bases de Assessoramento e Planos Estratégicos de Desenvolvimento, 2017-2022”.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Redes de cooperação solidária: uma história para contar e recontar / Adriana Marcolino, Leonardo Penafiel Pinho, Wenderson Gasparotto (organizadores). -- Santo André : Coopacesso, 2023.
146 p.

ISBN: 978-65-89139-81-2

1. Economia solidária. 2. Cooperativismo. I. Marcolino, Adriana. II. Pinho, Leonardo Penafiel. III. Gasparotto, Wenderson. IV. Título.

CDD- 334

Sueli Costa - Bibliotecária - CRB-8/5213
(SC Assessoria Editorial, SP, Brasil)

Índices para catálogo sistemático:

1. Cooperativismo 334

Redes de cooperação solidária. 2. Economia Solidária. 3. Desenvolvimento Regional. 4. Organização de Mulheres e Jovens

Redes de cooperação solidária - uma história para contar e recontar

Expediente:

Direção Geral

Leonardo Penafiel Pinho - Presidente (SP)

Maysa Ayres da Motta Benevides Gadelha - Vice-presidente (PB)

Tarcisio Secoli - Tesoureiro (SP)

Nelsa Ines Fabian Nespolo - Secretária Geral (RS)

Edvaldo Andrade Pitanga - Secretário de Movimento Sindical (BA)

Diretoria

Carlos Omar da Silva - Diretor Regional Norte

Rejane Meyson Vieira de Sousa - Diretora Regional Nordeste

Suelen Vieira do Nascimento Borralho - Diretor Regional Centro-Oeste

Clea Venina Ruas Mendes Guimaraes - Diretora Regional Sudeste

Jair Antunes - Diretor Regional Sul

Conselho Fiscal – Titulares

Djenane Martins - (SP)

Lenildo de Lima e Silva - (PI)

Júlia Batista de Sousa Tenório - (SP)

Equipe técnica

Wenderson Gasparotto

Vanderli Ferrarezi

Jerônimo de Almeida Neto

Adriana Marcolino

Marcos Vinícius de Paula

Revisão

Jerônimo de Almeida Neto

Diagramação

Leonardo J. D. Campos

Imagens

As imagens dessa publicação fazem parte do Banco de imagens da UNISOL BRASIL e constam dos documentos de prestação de contas do referido projeto.

*Este livro é o registro das
atividades realizadas entre
2017 e 2022, pelo “Projeto
Redes” - um processo que
envolveu centenas de
mulheres, homens e jovens
decididos a construir um
mundo solidário.*

Sumário

Apresentação	11
Introdução.....	15
1. O que são as Redes de cooperação solidária	20
2. Perfil das Redes de Cooperação Solidária da UNISOL Brasil ...	33
Rede Solidária Baixo Acre.....	43
Rede COPACAJU.....	50
REDECOOP Vitória.....	56
Rede Ellos Solidários	61
Rede Vale Itaim.....	68
Rede Piauí Produtivo.....	73
Justa Trama.....	80
Rede Mineira de Artesanato	86
Rede SMT (Solidário Mato Grosso).....	90
Rede Alta Paulista	94
Rede Orgânico Solidário.....	98
Rede Vale do Ribeira	104

Redes Unisol Bahia.....	109
3. A atuação de jovens e mulheres na Economia Solidária.....	117
<i>Mulheres e Economia Solidária</i>	<i>118</i>
4. Por que se organizar em Redes de cooperação solidária?	139

Apresentação

É com imensa satisfação que a UNISOL BRASIL (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários) apresenta o resultado do Projeto Redes de cooperação solidária, desenvolvido entre 2017 e 2022, com financiamento da SENAES/MTP (Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Previdência).

O projeto apoiou 18 Redes de cooperação solidária, envolvendo 219 Empreendimentos da Economia Solidária, distribuídos em 106 municípios, em 11 estados, que representam mais de 5 mil associados (com cerca de 53% de mulheres e 47% de homens, além de 21,36% de jovens de 15 a 29 anos).

Os resultados, como veremos à frente, são expressivos e foram conquistados em meio a um conjunto de adversidades, dentre as quais, uma pandemia, que gerou uma crise em múltiplas dimensões, como a sanitária, a econômica e a social. Desse modo, avaliamos com muita satisfação a caminhada realizada ao longo desse processo.

A UNISOL Brasil foi fundada no ano 2000, com o objetivo de organizar, representar e articular, de forma ampla e transparente, as cooperativas, as associações e outros empreendimentos autogestionários da Economia Solidária, resgatando e promovendo a intercooperação, a igualdade social e econômica, a dignidade humana e o desenvolvimento sustentável. Esses objetivos são concretizados através de ações que propiciem e estimulem a integração dos diversos sujeitos da Economia Solidária. O resultado é a promoção efetiva da melhoria socioeconômica de

seus integrantes, garantido trabalho e renda com dignidade, mas também do resgate de práticas comunitárias, identidades culturais, de saberes ancestrais e do sentimento de pertencimento.

A UNISOL Brasil atua nas áreas de consultoria e assistência técnica, econômica, educacional e ambiental. Além disso, promove ações de fortalecimento das cadeias produtivas e Redes de cooperação solidária (Redes). Possui 832 Empreendimentos da Economia Solidária (EES) filiados, de setores de atividades econômicas como: agricultura familiar; alimentação; agricultura; artesanato; confecção e têxtil; cooperativismo social; construção civil; fruticultura; metalúrgica e polímeros; reciclagem; e turismo.

As ações desenvolvidas pela UNISOL Brasil colaboram com o desenvolvimento regional, sustentável e solidário dos empreendimentos; incentiva e apoia a organização de trabalhadores e de populações carentes, desempregados ou grupos em risco de desemprego; promove a eficiência econômica e excelência na elaboração e comercialização dos produtos e serviços, como mecanismo fundamental para assegurar a perenidade e o progresso dos empreendimentos; garantindo o respeito às normas de medicina e segurança do trabalho, buscando a melhoria contínua das condições de trabalho.

É com essa expertise, com essa capilaridade, diversidade setorial e envolvendo os diversos segmentos populacionais, que a UNISOL BRASIL desenvolveu o projeto *“Construção e consolidação da autonomia econômica de mulheres e de Redes de cooperação solidária, por meio da operacionalização de ciclo de impacto com Bases de Assessoramento e Planos Estratégicos de Desenvolvimento - 2017/2021”*.

O objetivo central do projeto foi o de *“promover a eficácia econômica e organizativa das Redes de cooperação solidária, visando seu fortalecimento e sua organização, alinhados com o desenvolvimento territorial sustentável e autonomia econômica das mulheres, como estratégia de promoção da igualdade de gênero, protagonismo das mulheres e o pleno exercício de cidadania da mulher”*.

A partir de uma gestão compartilhada, horizontal, com as pessoas que participaram do projeto em cada localidade, construímos estratégias e ações para que a organização dos Empreendimentos da Economia Solidária (EES) através de Redes de cooperação solidária (Redes) resultasse em um salto qualitativo em sua atuação, traduzido em melhoria das condições de vida, trabalho e renda dos associados e das comunidades.

As estratégias e ações foram formuladas para que garantissem o aumento da participação das mulheres e jovens nos espaços de gestão da Economia Solidária e também que colaborasse para reduzir as desigualdades de renda ainda existentes entre homens e mulheres. Portanto, questões diretamente ligadas à emancipação das mulheres (que são a maioria no projeto) e da juventude, foram incluídos não apenas como eixos transversais, mas como tema estrutural.

Apresentamos a seguir o relato desse processo de construção das Redes de cooperação solidária. Destacamos a relevância da estratégia de organização em Redes, para aumentar a capacidade da Economia Solidária ser um modo de produzir que melhore a vida das mulheres e dos homens. Esperamos que o registro dessa experiência exitosa auxilie em novos passos, novas construções e novas ideias para promover a Economia Solidária

como elemento poderoso de geração de renda, de combate à desigualdade e de organização solidária de brasileiros e brasileiras que sonham com um mundo melhor e mais justo.

Leonardo Penafiel Pinho
Presidente da UNISOL BRASIL

Introdução

As Redes de cooperação solidária (Rede) são articulações formais ou não formais entre empreendimentos ou grupos produtivos e suas organizações de apoio. Tem como objetivo a promoção de ações coletivas para o fortalecimento de suas atividades econômicas, para ampliar a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, para favorecer o consumo coletivo de bens, produtos e serviços (SENAES, 2015)¹. Na concepção da UNISOL, essas ações devem ser acompanhadas, estruturalmente, de medidas que reduzam as desigualdades entre homens e mulheres, que propiciem a participação da juventude, que se atentem às questões pertinentes ao território e que sejam ambientalmente sustentáveis.

Nessa perspectiva, a proposta desse livro é registrar a experiência desenvolvida no “Projeto Redes - UNISOL”, que teve como objetivo *“promover a eficácia econômica e organizativa de um conjunto de Redes de cooperação solidária, visando seu fortalecimento e a sua organização, alinhados com o desenvolvimento territorial sustentável e autonomia econômica das mulheres, como estratégia de promoção da igualdade de gênero, protagonismo das mulheres e o pleno exercício de cidadania da mulher”*.

Partindo dessa definição de Rede e do objetivo do projeto, os primeiros passos foram: estabelecer quais Redes seriam

¹ SENAES/MPT. 1º Plano Nacional De Economia Solidária, 2015- 2019. Brasília, DF: SENAES/MPT, 2015, 44p. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

formadas e, no caso das já existentes, apoiá-las para novos passos; quais empreendimentos formariam as Redes; quais os objetivos de cada Rede; quais os produtos e serviços seriam objeto de ações das assessorias propostas no projeto; como seria a gestão e organização de cada Rede; entre outros pontos. Todo esse processo foi realizado de forma horizontal, envolvendo os associados e associadas dos EES que realizaram a articulação e mobilização nos territórios, com o apoio da equipe da UNISOL.

A UNISOL Brasil atuou como uma Base de Assessoramento em Economia Solidária (BASES). Ou seja, uma instituição que presta um ou mais tipos de serviços de apoio aos processos organizativos, produtivos e comerciais da Economia Solidária. As BASES fazem assessoramento no campo da: organização da Produção; desenvolvimento das capacidades técnicas e gerenciais dos EES; consultorias especializadas no Desenvolvimento de Estudos de mercado, elaboração de Estudos de Potencialidades Econômicas dos territórios, desenvolvimento de Planos Territoriais de Cadeias, desenvolvimento de selos, marcas e produtos; elaboração de planos de vida dos EES; inserção em mercados diversificados; Acesso a políticas públicas; constituição e fortalecimento de redes socioeconômicas (Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019, p. 40²).

A metodologia utilizada para apoiar esse processo foi a de Ciclo de Impacto. Essa proposta colabora para que os coordenadores, facilitadores e demais participantes das organizações sociais formulem as questões essenciais sobre a sua

² SENAES/MPT. 1º Plano Nacional De Economia Solidária, 2015- 2019. Brasília, DF: SENAES/MPT, 2015, 44p. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

gestão nas diversas dimensões (administrativa, financeira, de processos, de comunicação e marketing, de mobilização de recursos), além de promover a mensuração de impacto e sua avaliação permanente. Esse processo envolve um conjunto de capacitações sobre as diversas dimensões da gestão de uma organização social, de modo a sustentar a tomada de decisão. Nesse processo, o objetivo é disponibilizar ferramentas de gestão e aumentar a profissionalização das organizações sociais, para que se tornem autossustentáveis, numa perspectiva solidária.

Como parte desse processo, as novas Redes e as já existentes realizaram um Planejamento Estratégico Participativo, onde foram definidas as atividades de assessoramento técnico e demais ações necessárias para a consolidação dos objetivos definidos em cada agrupamento.

As Redes apoiadas por esse projeto tem pontos em comuns, mas são muito diferentes em relação ao território onde estão localizadas, aos apoios institucionais que têm acesso, às demandas organizativas, ao nível de consolidação, aos setores de atividades econômica ao qual estão ligadas, à participação de mulheres e jovens, ao acesso a mercados, à aquisição de equipamentos e maquinário, entre outros elementos. Mas de modo geral, as ações buscaram propiciar melhorias produtivas e das condições de trabalho, melhorias nas diversas dimensões da gestão e melhores oportunidades de comercialização, buscando como resultado eficácia economia e organizativa, aumento da renda de seus associados e associadas, e ampliação da inserção e emancipação das mulheres e da juventude em seus contextos socioeconômico e produtivo.

Independentemente do formato da rede, o projeto promoveu ações de capacitação, formação e assessoramento dos grupos de mulheres e jovens nos temas: (1) Economia Solidária para a produção coletiva, autogestão e comercialização, como mecanismo de promoção da autonomia; (2) igualdade de gênero e cidadania, com atividades sobre os instrumentos públicos de prevenção, segurança e combate à violência de gênero; (3) organização da juventude.

A metodologia adotada buscou promover uma ação multiplicadora das pessoas que participaram do projeto, de modo a compartilharem seus conhecimentos e aprendizados para outras pessoas e EES em suas comunidades.

Além disso, cada Rede organizou uma coordenação com o objetivo de facilitar a realização das atividades definidas pelo grupo e colaborar com os processos organizativos de monitoramento e rearranjo das ações quando necessário. Essa coordenação foi composta por 3 pessoas, dentre essas, um ou uma representante jovem e uma representante mulher, que em conjunto, formaram o Comitê Nacional de Jovens e o Comitê Nacional de Mulheres, responsáveis por desenvolver ações de fomento à participação desses segmentos populacionais na Economia Solidária.

A seguir, apresentamos o relato desse processo e seus resultados, com dois enfoques principais: as redes constituídas nesse percurso e as ações que resultaram no fortalecimento da atuação de mulheres e jovens na Economia Solidária. A construção de uma rede de cooperação solidária é um processo permanente, relatamos à frente o período apoiado pelo projeto, sabendo que

esse movimento de construção de cada organização social é perene.

É importante destacar que o registro que encontrarão à frente foi elaborado a partir da revisão e sistematização da vasta documentação do projeto, conta com relatórios específicos para cada atividade, mas também, relatórios periódicos que tratam de etapas do projeto, além dos diagnósticos de diversos temas como por exemplo, os que tratam da produção, de gestão, de comercialização e de participação de jovens e mulheres. Mas, o principal material para avaliar e reconstruir esse processo foi a escuta dos homens e mulheres que estiveram à frente desse processo, construindo as redes de cooperação solidária em cada território. Esperamos que o resgate dessa trajetória aqui apresentada, seja fiel aos desafios e conquistas dessas pessoas ao longo desse período, mas alertamos que o registro é insuficiente para dar conta de toda diversidade, dos desafios, das possibilidades, dos diversos níveis de atuação e da complexidade da organização em redes de cooperação solidária.

1. O que são as Redes de cooperação solidária

Os dados do mercado de trabalho brasileiro de maio de 2022 (PNADC/IBGE)³ demonstram que o número de pessoas na força de trabalho é de 108,1 milhões de pessoas com 14 anos ou mais, distribuídas em: 10,6 milhões de desocupadas (que estão procurando um emprego), o que representa uma taxa de desocupação de 9,8% da população que está no mercado de trabalho; e 97,5 milhões de ocupadas, trabalhando, ainda que, para parte significativa, seja constituída por ocupações precárias.

É importante lembrar que parte das pessoas que estão desempregadas são oriundas da informalidade e, portanto, não tiveram acesso ao seguro-desemprego. Além disso, outra parte está desempregada há mais de 2 anos, o que chamamos de desemprego de longa duração - nesse caso, mesmo que as pessoas tiveram direito ao seguro-desemprego, a cobertura é limitada a cinco parcelas mensais.

Atualmente, o Brasil não consegue gerar empregos de qualidade e em quantidade suficiente para sua população, por outro lado, também não tem políticas adequadas de proteção aos desempregados e desempregadas, nem de intermediação da mão de obra pública. Esse cenário reforça a busca por qualquer tipo de ocupação, a chamada “viração”, para gerar algum tipo de renda para a sobrevivência dos trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias.

³ IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, trimestre terminado em maio de 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=destaques>

O Brasil conta ainda com 6,6 milhões de pessoas na categoria de subocupados por insuficiência de horas (6,8% do total de ocupados), ou seja, pessoas que trabalham menos de 40 horas semanais e gostariam de trabalhar mais horas, em especial, para aumentar a sua remuneração. Não são desempregados, mas precisam de mais horas de trabalho ou de um outro emprego porque o atual não dá conta das necessidades do orçamento familiar. Dentre esses, estão aqueles trabalhadores que fazem um “bico” para sobreviver até que encontrem uma nova oportunidade que garanta condições de trabalho e salário dignos.

O pior é que, nem mesmo a viração, o bico e o trabalho precário conseguem atender a todos: além do volume expressivo de pessoas desempregadas, temos 4,3 milhões de pessoas no desalento, que deixaram de procurar emprego (por isso não entram nas estatísticas de desemprego, são considerados “fora da força de trabalho”). Essas pessoas não têm condições financeiras de empreender uma busca por uma nova oportunidade ou as oportunidades que aparecem são muito ruins e precárias. Esse contingente poderia desaparecer se tivéssemos políticas públicas de emprego atuando para proteger os desempregados e ajudando na procura por uma nova ocupação.

Para quem tem a sorte de ter uma ocupação, é importante destacar outros dois elementos: a informalidade e a queda da renda do trabalho. A informalidade é uma realidade para 41,7% dos trabalhadores e trabalhadoras: 1 a cada 4 trabalhadores do setor privado não tem carteira de trabalho assinada; 3 a cada 4 trabalhadoras domésticas não têm carteira de trabalho assinada; 3 a cada 4 trabalhadores por conta própria (autônomos) não têm CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica). O rendimento de quem está trabalhando caiu, em média, de R\$ 2.817,00 para R\$

2.613,00 (-7,2%) em um ano, porque os novos empregos, gerados após a fase aguda da pandemia têm remunerações menores, e pior, em um contexto de inflação em alta (PNADC/IBGE, maio de 2022).

É um movimento de pauperização da classe trabalhadora, que coloca um exército de trabalhadores em competição por ocupações precárias, com remunerações insuficientes para garantir as condições mínimas de sobrevivência de suas famílias.

Nesse contexto, a promoção da Economia Solidária tem papel ainda mais relevante, se constitui como um mecanismo que garante uma oportunidade de geração de renda e vai além, dado que é um modo de produzir que rompe com as atuais lógicas de organização do trabalho no modo de produção capitalista, baseados na opressão e na exploração e que impõem condições de trabalho precárias e vínculos empregatícios vulneráveis. Rompe com a lógica do individualismo, subverte a lógica neoliberal da mercantilização de todas as dimensões da vida social.

A Economia Solidária se propõe a olhar para como se organiza o trabalho de homens e de mulheres e a enfrentar as desigualdades às quais as mulheres estão expostas. Também busca olhar para a diversidade de situações vividas pelos trabalhadores e trabalhadoras, e, portanto, daqueles e daquelas que vivem no campo, na cidade, nas comunidades tradicionais e indígenas, em assentamento da reforma agrária, formais e informais, entre outros.

Como destaca Singer (2002)⁴, a desigualdade e a competição não são naturais, mas resultado da forma como se organizam as

⁴ SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

atividades econômicas, como se organiza o modo de produção. Nesse caso, o capitalismo é regido pelos princípios de direito à propriedade individual aplicado ao capital e o direito à liberdade individual, que divide a sociedade em duas classes básicas: a classe proprietária ou possuidora do capital e a classe que (por não dispor de capital) ganha a vida mediante a venda de sua força de trabalho à outra classe. O resultado natural é a competição e a desigualdade.

De modo distinto, Singer (2002) defende que:

A Economia Solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade. (SINGER, 2002, p. 10⁵).

Singer (2002) entende a Economia Solidária como um outro modo de produção, ainda assim, as contradições inerentes ao capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas cuja lógica é oposta a esse modo de produção dominante.

⁵ SINGER, Paul. Introdução à Economia Solidária / Paul Singer – 1ª ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Soma-se a essa perspectiva, a dimensão proposta por França Filho e Laville (2004, 2006 e⁶), em uma abordagem antropológica, consideram que a Economia Solidária apresenta as possibilidades de ressignificar o sentido do agir econômico em sociedade, entendendo-a como uma nova forma de operar a economia, caracterizando-a a partir de diversos elementos como uma espécie de novo movimento social.

E em uma perspectiva mais objetiva, a definição de Economia Solidária para a SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária) é *“o conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e auto gestonária”* (Brasil, 2009/2010, p. 10)⁷.

Em mais um passo relacionado à Economia Solidária, a proposta de constituição de redes de cooperação solidária é uma nova tecnologia social que amplia a organização territorial, produtiva, a comercialização e que repensa o consumo. E não se trata apenas do desenho (a estrutura em rede pelo qual se dão as relações), mas do modo como as ações são realizadas.

As redes existem em diversos formatos e com diferentes níveis de institucionalidade. A definição de Mance (1999) para redes é:

"Trata-se de uma articulação entre diversas unidades que, através de certas ligações,

⁶ FRANÇA FILHO, C.G; LAVILLE, J. L. Economia Solidária: uma abordagem internacional. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

⁷ BRASIL. Secretaria Nacional de Economia Solidária. Sistema de Informações em Economia Solidária (Sies – 2009/2010): guia para preenchimento do formulário de Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES). Brasília: Senaes; MTE, 2009. 59p. 2 V.

trocam elementos entre si, fortalecendo-se reciprocamente, e que podem se multiplicar em novas unidades, as quais, por sua vez, fortalecem todo o conjunto na medida em que são fortalecidas por ele, permitindo-lhe expandir-se em novas unidades ou manter-se em equilíbrio sustentável. Cada nódulo da rede representa uma unidade e cada fio um canal por onde essas unidades se articulam através de diversos fluxos (MANCE, 1999, p. 24)⁸.

Martinho (2001)⁹ adiciona à definição de Mance um aspecto tridimensional, onde os nós ligam-se uns aos outros por meio de várias linhas. E ainda, esse emaranhado de nós e linhas estão em constante movimento, com novos elos sendo criados entre nós, novos nós sendo adicionados à figura, nós e linhas desaparecendo, tudo se reconfigurando e se realinhando sucessivamente. E ainda, destaca que redes são estruturas plásticas, dinâmicas e indeterminadas, posto que é regida pela autorregulação e que não tem centro, porque se trata de uma organização horizontal.

Segundo Martinho (2001) a rede, para se constituir como tal, apresenta algumas características:

⁸ MANCE, Euclides André. A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis/RJ: Vozes, 1999.

⁹ MARTINHO, Cássio . Algumas palavras sobre rede. In: SILVEIRA, Caio; REIS, Liliane. (Org.). Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

- É preciso que as pessoas envolvidas tenham objetivos comuns para se constituir uma rede, bem como uma orientação comum para chegar aos objetivos;
- Autonomia das partes envolvidas, não há uma relação de subordinação;
- Na rede, cada nó vale ao mesmo tempo por dois: possui e preserva sua própria identidade e representa o projeto coletivo da rede.
- Ninguém é obrigado a entrar ou permanecer numa rede, a participação é espontânea.
- A participação baseada na cooperação entre os integrantes de uma rede é o que a faz funcionar.
- Uma rede não possui hierarquia nem chefe, a liderança provém de muitas fontes. As decisões são compartilhadas (multiliderança), o poder é compartilhado.
- Uma rede não tem centro, ela é descentralizada. Ou melhor, cada ponto da rede é um centro em potencial.
- Uma rede pode se desdobrar em múltiplos níveis ou segmentos autônomos, capazes de operar independentemente do restante da rede, de forma temporária ou permanente, conforme a demanda ou a circunstância.

Este conceito de rede é fundamentado em práticas e princípios democráticos, emancipatórios e empoderadores do ponto de vista político e social, sustentáveis do ponto de vista ambiental, abertos do ponto de vista cultural. É um projeto deliberado de organização da ação humana. Esse tipo de organização, em rede, ajuda os sujeitos sociais a empreender, obter resultados e promover a transformação da realidade, com

princípios e procedimentos que já trazem embutidos no exercício dessa transformação (MARTINHO, 2003)¹⁰.

Segundo França Filho (2007)¹¹ a Economia Solidária tem uma vocação associativista e cooperativista capaz de envolver os moradores de um determinado território na busca pela resolução de problemas públicos e coletivos concretos, relacionados a sua condição de vida. A organização em redes pode ser um instrumento muito valioso para a organização de atividades socioeconômicas que articule o conjunto de sujeitos e entidades, e ainda, de consumidores. Esse modelo permite o exercício da democracia local, estimulando a participação para uma avaliação e um planejamento coletivos da oferta de produtos e serviços, a partir de demandas identificadas.

Mance (2001)¹² também enxerga esse potencial transformador da organização em redes de cooperação solidária, com possibilidade de construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo, uma opção viável para os excluídos e marginalizados pela globalização capitalista. O autor ressalta que esta proposta não representa uma utopia e as experiências em curso demonstram essa potência. A rede é um salto qualitativo da Economia Solidária, um passo a mais na organização em cooperativas, associações e demais arranjos solidários.

A constituição de redes de cooperação solidária cria sinergias e possibilidades positivas em decorrência de:

¹⁰ MARTINHO, Cássio. *Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização*. Brasília: WWF Brasil, 2003.

¹¹ FRANÇA FILHO, G. C. A. *Teoria e prática em Economia Solidária: problemática, desafios e vocação*. Revista Civitas, Porto Alegre, v. 7 n. 1, p. 155-174, jan./jun. 2007.

¹² MANCE, E. A. *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2001.

- Ampliação do acesso a informações, pessoas, conhecimento e recursos;
- Conexões, advinda da articulação entre atores de diferentes organizações, áreas de atuação e regiões;
- Cooperação, ao atrair pessoas e organizações que atuam em parceria;
- Efeito multiplicador, com a possibilidade de organizações ampliarem a escala e o impacto de suas ações e iniciativas;
- Eficiência, decorrente da possibilidade de mobilizar e gerenciar recursos através de melhores práticas debatidas a partir de um conjunto mais amplo de experiências;
- Visibilidade crescente, decorrente do trabalho articulado que confere maior força e relevância política aos temas da rede;
- Apoio e suporte, ao oferecer aos membros um espaço para compartilhamento e colaboração entre pares;
- Criação de valor conjunto, através do desenvolvimento de novas ideias e soluções pela interação de diferentes perspectivas e abordagens;
- Articulação com processos políticos para promover mudanças em políticas e práticas voltadas ao desenvolvimento sustentável;
- Desenvolvimento de capacidades de pesquisa e comunicação, favorecendo a compreensão de questões temáticas ou regionais sobre desenvolvimento sustentável;
- Promoção de desenvolvimento local que aborda as problemáticas locais numa perspectiva integrada e articulado a apoios externos (públicos, privados ou da sociedade civil);
- Articulação de vários atores, individuais ou institucionais, trabalhando na constituição de redes e incitando a ampliação das participações políticas;

- Ampliação da escala de produção dos empreendimentos solidários e facilitação de encadeamentos produtivos;
- Promoção de apoio aos seus membros, disponibilizando serviços ou recursos que são úteis para desenvolverem suas próprias atividades, o apoio pode se dar mediante assistência técnica, assessoria, treinamento ou recursos financeiros;
- Formação de um sentido de comunidade;

Facilitação, visto que ajudam os membros atuarem e desenvolverem suas atividades de forma mais eficaz e eficiente; de forma similar aos facilitadores de grupo. (MARTINHO, 2011; MEDEIROS, CUNHA, 2012)^{13;14}

Apesar de muito positivo, segundo Martinho (2011)¹⁵ as redes de cooperação solidária também precisam superar obstáculos, como a falta de foco e clareza sobre o propósito da própria rede; as dificuldades para promoverem o empoderamento de outras lideranças; a baixa memória institucional, decorrente da rotatividade de membros e participantes; as dificuldades de legitimidade da rede junto às instâncias formais; a falta de recursos necessários para a sustentabilidade e investimentos relevantes da rede; a existência de desconfianças ou disputas internas; a falta de mecanismos adequados de governança; as dificuldades de monitorar e avaliar resultados; e dificuldades de

¹³ MARTINHO, Cássio. Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade, Cássio Martinho...[et al.]. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

¹⁴ MEDEIROS, Amanda Cristina; CUNHA, Eduardo Vivian. Economia Solidária e Desenvolvimento Local: a Prática dos Empreendimentos Econômicos Solidários na Região do Cariri Cearense. Revista Desenvolvimento em Questão, Editora Unijuí, ano 10, n. 21, set./dez., 2012 p. 61-87.

¹⁵ MARTINHO, Cássio. Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade, Cássio Martinho...[et al.]. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

realizar prestação de contas.¹⁶ Por esse motivo, apoios como o Projeto Redes são inestimáveis.

O Plano Nacional de Economia Solidária 2015-2019, considera que dentre as formas de organização econômica – de produção, prestação de serviços, comercialização, finanças e consumo – baseadas no trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade, estão as Redes de cooperação solidária organizadas em cadeias produtivas e arranjos econômicos locais ou setoriais. As redes compartilham dos princípios e valores da Economia Solidária e de seu modelo de organização. As redes colaboram com a abordagem setorial, de organização das iniciativas econômicas solidárias em setores ou segmentos econômicos, viabilizando a articulação dos empreendimentos. E define as redes de cooperação solidária da seguinte forma:

Entende-se por redes de cooperação solidária as articulações formais ou não formais entre EES para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas (isto é, organizar e qualificar o processo de agregação de valor de um bem, produto ou serviço), e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para fomentar o consumo coletivo de bens, produtos e serviços. Quando

¹⁶ MARTINHO, Cassio. *Vida em rede: conexões, relacionamentos e caminhos para uma nova sociedade*, Cássio Martinho...[et al.]. Barueri, SP: Instituto C&A, 2011.

esta articulação de empreendimentos abrange diferentes elos de uma mesma cadeia produtiva, trata-se de uma cadeia produtiva solidária. Desse modo, a produção e a comercialização de produtos são realizadas entre empreendimentos econômicos solidários, mantendo-se, assim, os princípios de cooperação e solidariedade nas relações comerciais desde a produção de matérias-primas até o produto final (Plano Nacional da Economia Solidária, 2015-2019, p. 18)¹⁷.

Desse modo, podemos entender a rede como um conjunto de empreendimentos ou grupos atuando de forma coletiva e solidária com o objetivo de aumentar e aprimorar suas capacidades gerenciais, produtivas e comerciais, tendo por objetivo final seu fortalecimento institucional e a melhoria da renda e qualidade de vida de seus componentes (Projeto Redes). As redes de cooperação solidária colaboram com a estratégia de promoção de cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários. Essa estratégia potencializa os empreendimentos solidários, garantindo maior viabilidade. Além disso, as redes colaboram com a articulação das comunidades na defesa de políticas e serviços públicos necessários para o conjunto de pessoas que ali residem.

¹⁷ SENAES/MPT. 1º Plano Nacional De Economia Solidária, 2015- 2019. Brasília, DF: SENAES/MPT, 2015, 44p. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

Através da proposta de organização coletiva dos EES em redes de cooperação solidária, o Projeto Redes apoiou um conjunto de iniciativas em diferentes setores de atividade econômica, em diferentes regiões do Brasil, com diferentes acúmulos organizativos, com diferentes perfis populacionais e que definiram objetivos particulares, relacionados às suas realidades e necessidades.

A seguir, relatamos os principais elementos de cada umas das 18 experiências exitosas, dos desafios enfrentados, dos avanços e dos novos passos definidos para o período após o término do Projeto.

2. Perfil das Redes de Cooperação Solidária da UNISOL Brasil

A construção ou consolidação das redes de cooperação solidária ao longo dos anos de 2017 a 2021 trouxe consigo diversos aprendizados, seja pelos desafios, pelas dificuldades enfrentadas nesse percurso, mas, principalmente, pelos sucessos alcançados. O primeiro resultado positivo foi o fato de o projeto ter, inicialmente, previsto a criação de 17 redes de cooperação solidária (RCB) envolvendo 135 empreendimentos da Economia Solidária e ter chegado ao final com 18 RCS¹⁸ e 219 EES participantes (Quadro 1).

As redes tiveram formatos e objetivos distintos e caminharam de acordo com sua realidade, pautada muitas vezes pelas questões territoriais, econômicas e sociais. Todas as redes tiveram apoio para organização da gestão dos EES participantes (administrativa, financeira, produtiva, contábil e jurídica), medidas para apoiar a produção e comercialização, além de ações formativas. Mas também, foi possível garantir que cada rede pudesse focar nos apoios mais relevantes para cumprir seus objetivos. Desse modo, algumas redes tiveram como objetivo central ações para apoiar a comercialização de seus produtos ou serviços. Outras Redes buscaram melhorar a produção ou desenvolver novos produtos. Algumas redes focaram suas ações

¹⁸ A Rede Vitória da Conquista teve o apoio do Projeto Redes, mas ao longo do processo optou por outras estratégias de organização, por esse motivo, não consta dessa publicação.

em articulações entre os EES ou com instituições locais e outras buscaram encadeamentos produtivos.

QUADRO 1 - Redes de cooperação solidária da UNISOL Brasil

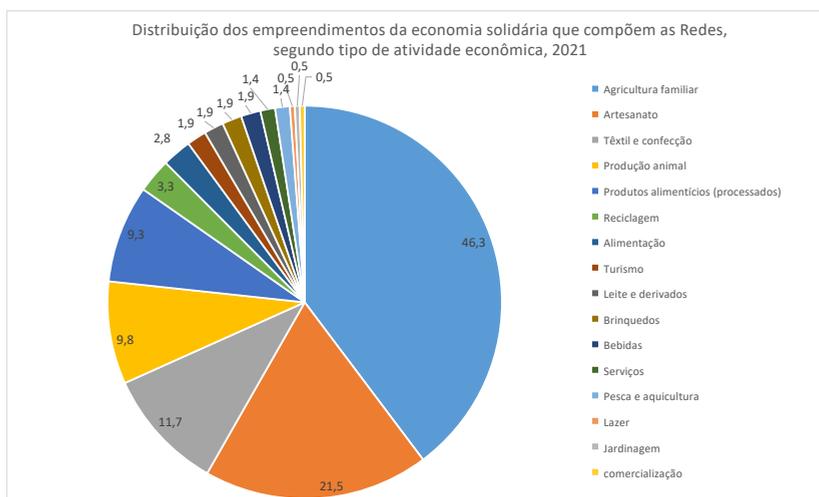
Nº	REDES	UF	EES
1	Rede Solidária Baixo Acre	AC	11
2	Rede COPACAJU	CE	7
3	REDECOOP Vitória	PB	30
4	Rede Ellos Solidários	RS	49
5	Rede Vale Itaim	PI	13
6	Justa Trama	CE, RO, RS, MG, e MS	6
7	Rede Piauí Produtivo	PI	11
8	Rede Mineira de Artesanato	MG	16
9	Rede SMT	MT	5
10	Baixo Sul Quilombola	BA	15
11	Chapada	BA	7
12	Rede Jacuípe	BA	4
13	Rede Vale do Jiquiriçá	BA	11
14	Rede Valença Solidária	BA	11
15	Litoral Norte	BA	4
16	Rede Alta Paulista	SP	5
17	Rede Orgânico Solidário	SP	3
18	Rede Vale do Ribeira	SP	9

Fonte: Projeto Redes, Unisol BR, 2021.

De forma sistematizada, podemos observar no gráfico abaixo as principais atividades econômicas desenvolvidas pelos empreendimentos que compõem as redes de Economia Solidária.

Apesar de bastante variado, é possível notar uma participação mais expressiva de cinco atividades econômicas, relacionadas à agricultura familiar (46,3%), ao artesanato (21,5%), seguidos pelo setor de produtos têxteis e confecção (11,7%), depois, pela produção animal (9,8%) e por produtos alimentícios (9,3%) com graus variados de processamento.

GRÁFICO 1 - Distribuição dos empreendimentos da Economia Solidária que compõem as Redes, segundo tipo de atividade econômica, 2021



Fonte: Projeto Redes, Unisol BR, 2021.

Esse percurso também foi marcado por dificuldades. Para iniciar, o projeto foi atravessado pela crise sanitária, econômica e social resultante da pandemia da Covid-19. O primeiro grande problema para execução do projeto foram as medidas necessárias de isolamento social, que preservaram vidas. Desse modo, muitas atividades previstas para ocorrer de forma presencial foram

prejudicadas, tais como encontros para organização e monitoramento dos planos de trabalho, consultorias de diversos tipos, visitas técnicas, como as relacionadas à agricultura e à criação de animais realizadas pelos profissionais da agronomia, as análises nutricionais, a criação de identidades visuais, as formações profissionais que exigiam atividades práticas, entre outras.

Muitas soluções criativas foram utilizadas de forma a reduzir o impacto das medidas de isolamento social na continuidade do projeto, principalmente a realização de atividades através de videoconferência, criação de grupos de *WhatsApp* para manutenção da comunicação e ligações telefônicas frequentes. Ainda assim é pertinente dizer que parte dos associados dos empreendimentos que compõem as redes do projeto não têm acesso às tecnologias de informação e comunicação ou têm esse acesso limitado. Nesse sentido, a exclusão digital que ainda persiste no Brasil, ainda mais em regiões fora dos eixos urbanos, se configurou como uma dificuldade para realização do projeto, em especial, em tempos de pandemia e isolamento social.

Ainda em relação à pandemia, as redes de cooperação solidária foram atingidas pelas crises, econômica e social, decorrentes dessa conjuntura, ainda que de formas e com profundidades distintas. Muitos empreendimentos tiveram que paralisar suas atividades produtivas ou de comercialização, ao menos na fase inicial da pandemia. Outros tiveram queda na demanda, seja das vendas diretas ao consumidor, mas também, de vendas institucionais, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), paralisado ou reduzido com o estabelecimento de aulas virtuais nas redes públicas de educação. De modo geral, as vendas caíram seja pela redução de espaços de

comercialização, como as feiras, seja porque a renda da população brasileira caiu. No caso da diminuição da renda, segmentos como o de artesanato relatam ter sentido esse impacto de forma mais aguda por não se tratar de um produto de primeira necessidade.

A manutenção de estruturas produtivas também foi uma dificuldade destacada nesse momento, devido aos custos fixos para mantê-las, mas com uso reduzido da capacidade instalada. Outros segmentos sentiram o aumento do preço dos insumos decorrente das altas inflacionárias do último período.

No entanto, alguns segmentos conseguiram uma oportunidade de ampliação de vendas nesse momento, com destaque para as redes que atuam no setor de costura, que converteram sua produção para itens de proteção individual, como máscaras e aventais, para vendas diretas ao consumidor e também para o setor público local. Outros empreendimentos se organizaram para enfrentar o momento através da diversificação de produtos, ou ainda, no caso das Redes ligadas à agricultura familiar, na elaboração de cestas de produtos com entrega porta a porta sob encomenda.

Ainda dentre as dificuldades de execução do projeto, quando foi possível realizar as atividades presenciais, podemos citar as dificuldades de mobilidade dos participantes, particularmente, aqueles que residem em áreas rurais ou mesmo dos consultores quando iam realizar visitas técnicas às propriedades e empreendimentos. Há regiões que ficam intransitáveis no período de chuva, há regiões onde o transporte coletivo é bastante precário, há regiões com melhor oferta de transporte coletivo ou rodoviário, mas, com custos tão elevados que limitam a mobilidade. Desse modo, a questão da mobilidade urbana e rural

também resulta em dificuldades para promover as ações das redes.

Podemos citar também como uma dificuldade inicial a falta de compreensão sobre a importância de organizar as fases do processo de produção até à comercialização de forma coletiva, orientados pelos princípios da Economia Solidária. Mas, aos poucos, conforme as atividades de formação sobre Economia Solidária, sobre os instrumentos jurídicos disponíveis e sobre os ganhos dessas ações em rede foram sendo debatidos e apropriados, essa dificuldade inicial foi sendo superada. Ao final do projeto, a sistematização de formulário avaliativo, destacou que 95% dos participantes atuavam sobre os princípios da Economia Solidária e que isso era um fator muito positivo na percepção destes.

Por fim, ainda no relato das dificuldades, as mulheres afirmaram que ainda sentem empecilhos à sua participação, principalmente nas atividades coletivas, mas também, nas atividades produtivas. Essa dificuldade está relacionada à falta de tempo disponível, em decorrência da desigual jornada de trabalho reprodutivo que realizam. A grande quantidade de horas de trabalho reprodutivo também está relacionada à falta ou precariedade de serviços públicos que aprofundam esse problema, tema que voltaremos a desenvolver na próxima seção deste livro.

Como forma de apoiar o processo de constituição das redes a enfrentar as dificuldades relacionadas à Economia Solidária, as atividades desenvolvidas foram de consultorias, formações, participação em eventos comerciais e intercâmbio com centros de excelência para conhecimento e aprendizagem. No caso das redes novas, em implantação, houve a contratação de consultorias para

a construção de Plano Estratégico Participativo, com acompanhamento bimestral ou trimestral para avaliação e monitoramento dos Planos de Ação, para possíveis readequações visando garantir o cumprimento dos objetivos propostos. Para a implementação das redes que foram constituídas antes do presente projeto, houve a avaliação dos avanços alcançados e a redefinição do Plano de Ação para a nova fase do projeto.

De modo geral, podemos afirmar que os resultados esperados com o projeto se concretizaram. São eles:

1. Disseminação dos princípios e conceitos da Economia Solidária e pressão para a atualização da legislação vigente que afeta a Economia Solidária: podemos citar a PEC 69/2019, que inclui a Economia Solidária entre os princípios da ordem econômica, aprovada recentemente no Senado Federal e a legislação estadual no Piauí, que possibilita regras adaptadas para inspeção de produtos vegetais de EES);
2. Envolvimento de instituições locais para o apoio à Economia Solidária e continuidade do suporte às redes após a conclusão do plano de trabalho: um conjunto bastante relevante de articulações com instituições locais foram sendo construídas ao longo do projeto, de modo a garantir possibilidades de parcerias e apoios após a finalização do presente projeto;
3. Formalização jurídica de redes de cooperação solidária e de empreendimentos da Economia Solidária, ampliando potenciais de mercado: algumas redes foram formalizadas como cooperativas de segundo grau, além de diversos EES. Essa formalização também colaborou com regularizações sanitárias;
4. Conhecimento e divulgação da realidade das mulheres integrantes das redes por meio de diagnósticos socioeconômicos: as informações colhidas possibilitaram planejar as ações

realizadas e também a construção de um documento intitulado *“Diretrizes e propostas de ação para a autonomia e emancipação da mulher no contexto da Economia Solidária”*, com objetivo de fomentar o debate e dar continuidade à construção de ações que incorporem as demandas das mulheres;

5. Aumento da autonomia financeira das mulheres no marco das redes de cooperação solidária: os relatos de muitas participantes demonstraram que o empoderamento das mulheres, as melhorias produtivas e apoio à comercialização resultaram em aumento da renda; observando a avaliação quantitativa, houve um aumento no número de mulheres com renda superior a 1 salário-mínimo.

6. Ampliação da participação das mulheres em cargos de gestão nos empreendimentos da Economia Solidária: as mulheres destacaram exemplos de EES que passaram a ter mulheres na coordenação geral, mas destacam que precisam avançar em outros espaços da Economia Solidária;

7. Qualificação da participação da Juventude no contexto da Economia Solidária: o projeto cumpriu os objetivos de qualificação da juventude, mas o envolvimento dos jovens nas redes e EES precisa ser ampliado. A juventude que participou dos processos avaliativos relatou a falta de espaço para atuarem e a falta de confiança em suas habilidades produtivas e de gestão, revelando tensões geracionais entre os mais velhos e a juventude. Os EES e redes que apostaram em processos liderados pela própria juventude obtiveram sucesso em relação ao engajamento desse segmento;

8. Aumento do valor agregado aos produtos e serviços da Economia Solidária por meio de certificações, melhoria na qualidade do produto e nas condições de trabalho, processamento de produtos antes vendidos in natura, agregação

de valor em produtos com design desenvolvido a partir de elementos da cultura local: todas as redes tiveram apoios que resultaram em melhorias produtivas, seja no uso mais racional de recursos, seja na melhoria da qualidade do produto, seja no processamento ou semi processamento de produtos antes vendidos in natura;

9. Desenvolvimento de novos produtos ou serviços, possibilitando acesso a novos mercados e uso de insumos já disponíveis nos próprios EES: destaque para o processamento de produtos vendidos in natura, para a criação de roteiros turísticos e para produtos de artesanato;

10. Desenvolvimento de novas embalagens de produtos com identidade própria e de acordo com normas técnicas, considerando informações nutricionais, código de barras e eventuais selos e certificações;

11. Desenvolvimento de arranjos produtivos a partir do processamento de alimentos oriundos do descarte e/ou excedentes da Agricultura Familiar, parceria entre EES da Agricultura Familiar e da Alimentação;

12. Realização de novos negócios por meio da participação ou realização de eventos comerciais, incluindo feiras, pontos fixos de comercialização, prospecção de novos clientes, rodadas de negócios, exposições, planos de comercialização, dentre outros.

A organização dos empreendimentos a partir dos princípios da Economia Solidaria, somados às melhorias nos processos produtivos, a melhora nos produtos e serviços, o desenvolvimento de soluções ambientalmente sustentáveis, as ações de *marketing* e *desing*, as ações coletivas em diferentes fases da produção, as ações de ampliação da comercialização, as ações de fortalecimento da participação de jovens e mulheres, a formação

e qualificação profissional em diversos temas, os processos de organização participativos, entre outras ações desenvolvidas ao longo desse período de vigência do projeto, resultaram em aumento da renda, aumento do número de pessoas trabalhando nas atividades ligadas às redes, aumento da autoestima, de denúncia de casos de violência contra as mulheres, que melhoraram significativamente a vida dos participantes.

O resultado positivo é expresso no número de redes e empreendimentos envolvidos, maior do que o definido no início do projeto e das avaliações dos participantes ao final: 18 redes e 219 EES. No quadro abaixo é possível ter um panorama do alcance do projeto (Figura 1).

FIGURA 1 - PERFIL DO PROJETO - REDES, EMPREENDIMENTOS E PRODUTOS E SERVIÇO



Rede Solidária Baixo Acre

<p>Municípios do estado do Acre com EES da Rede: Acrelândia, Bujari, Porto Acre, Rio Branco.</p>	<p>Número de empreendimentos: 11</p>  A photograph showing two people in a shop. A woman on the left is wearing a white t-shirt with a logo and dark pants, holding a small product. A man on the right is wearing a white t-shirt, a face mask, and glasses, also holding a product. They are standing in front of shelves filled with various items, including what appears to be dried goods and packaged products. A large basket of dried goods is in the foreground.
<p>Objetivos da Rede: aprofundar o potencial de mercado das compras públicas para os produtos in natura e, no caso dos produtos transformados, como sucos concentrados de frutas, polpas, compotas, hortaliças e legumes, e farinha de mandioca, promover o encadeamento produtivo dentro e fora da rede.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: produtos da agricultura familiar, artesanato, fornecimento de alimentação, farinha.</p>	

A REDE BAIXO ACRE foi formada na primeira fase do Projeto Redes. Na nova etapa participou com o objetivo de aprofundar as melhorias buscando promover encadeamentos produtivos, além de ampliar a comercialização. A rede organiza principalmente empreendimentos da agricultura familiar, mas, também tem empreendimentos ligados à alimentação, jardinagem e artesanato e comercializam principalmente hortaliças, frutas e legumes, plantas ornamentais e serviços de jardinagem, cardápios de

comidas regionais, pescados, derivados de leite, polpa de frutas e farinha de mandioca. Esta diversidade grande de produtos resulta no acesso a distintos canais de comercialização (compras públicas, comércio atacadista e varejista). Os 11 EES estão localizados em municípios próximos à capital, com participação relevante de agricultores e agricultoras de assentamentos da reforma agrária.

A economia acreana, historicamente, se baseou no extrativismo vegetal, sobretudo na exploração da borracha. Atualmente, a madeira é o principal produto de exportação do estado, junto a produtos como castanha, carne, soja, açaí e óleo da copaíba. Além disso, a agricultura tem participação relevante das culturas de mandioca, milho, arroz, feijão, frutas e cana-de-açúcar. O setor industrial tem participação mais relevante dos segmentos: alimentício, madeireiro, cerâmica, mobiliário e têxtil. O agronegócio tem se expandido no estado, o que coloca em risco a preservação da floresta e gera tensões e conflitos com os modos de vida tradicionais e com as pequenas propriedades da agricultura familiar.

O projeto colaborou com o aprofundamento do potencial de mercado pelas compras públicas, visto que boa parte é composta por produtos “in natura”, mas também avançou bastante na comercialização em feiras públicas. Como também existem produtos transformados como: sucos concentrados de frutas, polpas, compotas, derivados de leite e farinha de mandioca, também foram analisados o potencial de encadeamento dentro e fora da rede.

Por meio de parcerias com o poder público municipal e estadual, a rede procurou estabelecer um calendário periódico de feiras, aproximando os produtores e produtoras da agricultura familiar do mercado consumidor, estimulando as cadeias curtas de

produção e comercialização e eliminando intermediários, de modo a ampliar a renda obtida por quem produz.

As ações apoiadas pelo projeto para essa rede contou com a realização de um diagnóstico para a avaliação produtiva, a formação em gerenciamento produtivo e financeiro, consultoria jurídico e contábil, consultoria nutricional, consultoria em marketing e design, consultoria comercial, produção de catálogo com os produtos da rede e a formação em Economia Solidária.

Destaque para a assessoria nutricional, que possibilitou o desenvolvimento de novos produtos semifaturados ou manufaturados, a aplicação de boas práticas no manejo de alimentos e a elaboração de tabelas nutricionais. Estas ações buscaram aumentar o valor agregado, enquadrar a produção na legislação pertinente para a produção de alimento, desenvolver produtos saudáveis e também promover o melhor aproveitamento dos insumos na produção e processamento dos alimentos.

Os produtos escolhidos em cada empreendimento foram:

- Associação das Mulheres Agricultoras do Porto Luiz 1 de Acrelândia: banana da terra chips e goma de tapioca, além de desenvolvimento de receitas que aproveitam melhor todas as partes dos alimentos, como suco da casa da manga e creme de cenoura com talos;
- Cooperativa de Agricultores Familiares e Economia Solidária do Polo Agroflorestal Dom Moacir-COOPERDOM: produção e semiprocessamento de couve e cheiro verde (corte e embalagem);
- Associação de Produtores Rurais do Núcleo de Produção Agropecuária Geraldo Fleming de Rio Branco-APRUNPAGF: maxixe cru e pimenta do reino;

- Associação de Produtores Rurais do Polo Agroflorestal Hélio Pimenta: conserva de picles de pepino, banana prata e receitas com quiabo;
- Associação de Produtores Rurais do Polo Agroflorestal Wilson Pinheiro: rúcula e cheiro verde;
- Colônia de Pescadores e Aquicultores da Capital – COLPAC Z8: filetagem de surubim e pirarucu;
- Associação de Produtores Rurais Sonho Meu: farinha de tapioca e caldo de tucupi extraído da mandioca;
- Cooperativa dos Produtores Extrativistas de Agricultura Familiar do Caquetá - Sonho Meu: goma de mandioca e farinha de mandioca com castanha.

Na assessoria de marketing, foram desenvolvidas logomarcas para cada empreendimento, bem como orientações sobre embalagem de produtos e visibilidade da marca.

Na avaliação dos participantes da Rede Acre, os principais desafios foram os relacionados à documentação necessária para a formalização dos empreendimentos. O difícil acesso aos documentos e às dificuldades na gestão contábil são entraves para a formalização e comercialização, principalmente das vendas relacionadas às compras públicas.

Também destacaram como dificuldades as questões de infraestrutura local. O acesso rodoviário de muitos empreendimentos agrícolas aos centros consumidores é muito difícil e precário. As chuvas constantes deixam os agricultores isolados, sem possibilidade de escoar a produção, mesmo estando a distâncias entre 24 e 100 quilômetros da capital.

Ainda, em relação às dificuldades, destacaram o baixo acesso a maquinário e análise do solo, importantes para a produção

agrícola. Os equipamentos disponibilizados pelos governos locais não são adaptados para as pequenas propriedades.

Por outro lado, o apoio do Projeto Redes possibilitou a troca de experiência entre os diferentes empreendimentos, com novos aprendizados sobre formas de organização, produção e comercialização. O relato dos participantes é que a troca dessas experiências serviram também para repensar sua própria organização.

As melhorias na produção, a assistência técnica e os cursos de qualificação profissional promoveram melhoria no manejo das produções agrícolas e também no processamento de derivados. A conquista de certificação da produção agrícola¹⁹, abriu novas oportunidades de mercados. No caso da qualificação profissional, destaque para aqueles e aquelas que produzem peças de artesanato, melhorando o produto, as técnicas de produção e o desing.

Apesar da dificuldade para conseguir a documentação necessária, muitos empreendimentos conseguiram realizar sua formalização com o apoio do projeto, resultando em maior comercialização e por consequência, em aumento de renda. Ainda relacionado à comercialização, destaca-se a importância das

¹⁹ Uma certificação agrícola é um conjunto de normas e regras sociais, ambientais e de gestão que devem ser implementadas e mantidas por propriedades rurais que desejam obter os benefícios da certificação da sua propriedade. Toda certificação agrícola aborda tópicos de gestão, ambientais, sociais e trabalhistas, em maior ou menor grau. Toda certificação possui um protocolo diferente, contendo regras diferentes para cada tipo de propriedade agrícola, como por exemplo grupo, multisite ou individual ou por produto, como café, soja, cacau, mamão, citrus, etc. Também, há listas de produtos não permitidos para cada tipo de cultura previsto para cada certificação, que não devem ser utilizados em hipótese alguma, e outros que devem ter o seu uso reduzido. Disponível em: <https://www.agrogenius.com.br>

feiras, apesar da impossibilidade de realizá-las no período de isolamento social devido à pandemia da Covid-19, ao retornarem em 2021 ampliam as vezes diretas ao consumidor, beneficiando os produtores e produtoras.

E ainda, é importante destacar como positivo o relato dos participantes sobre como esse processo também ampliou a solidariedade e o companheirismo entre os associados e associadas dos diversos empreendimentos da Rede Baixo Acre, colaborando de forma efetiva para o desenvolvimento da Economia Solidária no território.

A Rede Baixo Acre tem uma baixa participação de jovens. O projeto colaborou para fortalecer a participação da juventude que reivindica mais espaço para atuação.

A participação das mulheres é majoritária na Rede Baixo Acre. No entanto, as participantes destacaram as dificuldades para manter a participação de forma constante, da dificuldade de compatibilizar o trabalho doméstico e o trabalho produtivo nos empreendimentos, das poucas horas disponíveis para o trabalho produtivo que resulta em menor renda e dos problemas relacionados à violência doméstica.

As mulheres também relataram que o conjunto de ações resultou em melhoria na renda obtida através das atividades na Economia Solidária, mas lamentaram a persistente falta de serviços de cuidados públicos, que possibilitaria aumentar as horas de trabalho dedicadas ao EES. As ações relacionadas à formação sobre os direitos das mulheres e mecanismos de denúncia e proteção às vítimas de violência doméstica colaboraram para que as mulheres denunciem as ocorrências na localidade. No entanto, a avaliação é que essa ação precisa ser

permanente, precisa ser ampliada e necessita de maior presença do poder público.

A Rede Baixo Acre, assim como as demais redes, foi pega de surpresa pela pandemia do coronavírus. Sem acesso fácil aos meios digitais, as atividades de consolidação da rede foram prejudicadas, o que ampliou o tempo de maturação das ações planejadas. Ainda assim, foram realizadas atividades que promoveram ações relevantes para melhoria dos empreendimentos e para o aumento da renda, conforme o relato dos próprios beneficiados.

Como próximos passos, foi destacada a necessidade de continuidade da Rede Baixo Acre, mesmo sem o projeto para financiar atividades. Destacaram a necessidade de ampliar a participação da juventude, buscando facilitar a renovação dos quadros de gestão nos empreendimentos, além de dar continuidade à formação de mulheres na Economia Solidária.

Rede COPACAJU

<p>Municípios do estado do Ceará com EES da Rede: Aracati, Chorozinho, Fortaleza, Ocara, Tururu.</p>	<p>Número de EES: 7</p> 
<p>Objetivos da Rede: promover melhorias na gestão financeira e produtiva e conquistar novos nichos de mercado para comercialização de polpas.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: Amêndoa de caju e derivados.</p>	

A COPACAJU é uma cooperativa de segundo grau fundada em 2003, a partir de projeto²⁰ que envolveu o financiamento da Fundação Banco do Brasil, a tecnologia da EMBRAPA e o apoio de vários parceiros, como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas) e UFC (Universidade Federal do Ceará), entre outros. Ela surgiu da união de cooperativas produtoras de caju do interior do Ceará filiadas à Unisol, com o objetivo de qualificar a produção para exportação.

²⁰ Projeto “Qualificação da cajucultura familiar para o acesso a mercados diferenciados”.

A comercialização foi ampliada com a obtenção da certificação “*Fair Trade*”²¹, o que facilitou o início do processo de internacionalização, com exportações para a Itália. A Fair trade é um sistema de certificação de produtos em que os aspectos sociais, econômicos e ambientais são avaliados a partir de critérios do comércio justo. Busca conectar consumidores a pequenos produtores, sensibilizando os clientes em relação às condições sociais e ecológicas sob as quais os produtos passam até chegar ao consumidor final e desse modo, promover condições comerciais mais justas a fim de combater a pobreza e permitir melhor qualidade de vida aos produtores. O sistema *Fair trade* monitora todo o processo de confecção do produto até este ser empacotado e rotulado para o consumidor. No Brasil há cerca de 75 organizações certificadas, entre cooperativas e associações de produtores, que trabalham principalmente com alimentos como café, bananas, mel, castanhas do Pará e de caju (SILVA SÁ, 2019; Fair Trade, 2022).

Com essa certificação, a COPACAJU acessou mercados internacionais e nacionais, eliminou os intermediários e aumentou a renda dos associados e associadas. Mesmo em 2021, ano em que sofreu uma queda na produção e nas vendas devido às medidas de isolamento social e as crises econômicas e sociais, vendeu mais de 70 toneladas de amêndoa de caju para o mercado brasileiro e europeu. Atualmente, conta com cerca de 328 cooperados, distribuídos em sete cooperativas singulares e com exceção de um EES, os demais estão localizados em assentamentos da reforma agrária. Além das amêndoas vendidas

²¹ Para mais informações:

<https://www.fairtrade.net/about/certification%20e%20www.FLOCERT.net>

in natura, caramelizadas ou salgadas, a central produz polpa de caju e estão começando a comercializar a cajuína²².

Uma das cooperativas singulares fica na capital, Fortaleza, e as demais localizadas em municípios próximos da capital, próximos ou muito próximos da faixa litorânea do Ceará. Os municípios são marcados pelo clima seminário e pela vegetação de caatinga. Essas localidades têm como principais atividades econômicas as culturas de caju, coco da Bahia, cana de açúcar, mandioca, milho, feijão, atividades ligadas à criação animal, como pecuária, e ao turismo. Além da capital, a cidade de Aracati é a que possui maior diversidade econômica, como criação de camarões em cativeiro, extração de petróleo e geração de energia eólica.

Mesmo com todo o processo descrito acima, que teve início em 2003, a COPACAJU ainda enfrentava problemas: volume de produção insuficiente para atender as demandas, falta de capital de giro para o pagamento antecipado da produção para os agricultores familiares, ainda havia desconfiança em relação à segurança, da viabilidade da COPACAJU, resultando em um baixo comprometimento. A central também enfrentava problemas relacionados à inexperiência em gestão e a necessidade de implementar melhorias produtivas nas mini fábricas de processamento do caju.

Na dimensão produtiva, a alta procura de castanhas pelo mercado, a concorrência dos produtores intermediários e a falta de planejamento na distribuição dos produtos, acarretava em dificuldades no cumprimento dos prazos contratuais das vendas. Por outro lado, o crescimento comercial não foi acompanhado

²² <http://portal.unisolbrasil.org.br/de-olho-no-futuro-copacaju-produz-ate-10-ton-de-castanhas-por-ano/>

pela gestão financeira, gerando certo descontrole no trato dos recursos. A COPACAJU também contava com ótima infraestrutura instalada (câmara fria e equipamentos de processamento) para a produção de polpas de frutas, que encontrava-se desativada por falta de planejamento e análise de produção e mercado.

Apesar dos problemas de gestão, todos participavam (e participam!) das assembleias gerais, a direção se reúne periodicamente e os grupos decidem coletivamente sobre os problemas das áreas. Essa aliás, era uma demanda dos associados em relação ao projeto inicial: fomentar a capacidade de decisão dos próprios associados e associadas.

Desse modo, a central teve sua participação no projeto, formando a Rede COPACAJU buscando promover melhorias na gestão financeira e produtiva e conquistar novos nichos de mercado para comercialização de polpas.

O Projeto Redes atuou nesses pontos, na questão financeira, produtiva e na prospecção de novos nichos de mercado para a comercialização de polpas de frutas. Para isso, foram contratadas consultorias técnicas: agrônômica, nutricional, jurídica, contábil, de marketing e design.

As ações apoiadas pelo Projeto Redes para promover as melhorias na gestão financeira se concentraram na contratação de consultoria para análise e avaliação financeira da cooperativa central, com a implementação de procedimentos de controle e projeção financeira. Com a consultoria jurídico e contábil, avançaram na obtenção de certificações e inscrições em órgãos oficiais obrigatórios, como SIAF (Sistema Integrado de Administração Financeira), DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), entre outros.

Em relação a melhorias produtivas, foi realizada a contratação de consultoria em agronomia, que realizou o diagnóstico produtivo em 04 empreendimentos, identificando dificuldades técnicas e novas oportunidades de produtos. Nesse campo, a Rede também teve o apoio de consultoria nutricional que realizou a avaliação e colaborou com o desenvolvimento de novos produtos (semimanufaturados ou manufaturados), promoveu formação profissional relacionada à aplicação de boas práticas no manejo de alimentos e elaborou as tabelas nutricionais dos produtos.

Para ampliar a comercialização, a Rede teve o apoio de consultoria em design, que desenvolveu as embalagens e a marca para a polpa de suco. A rede também apoiou a impressão inicial de etiquetas para embalagens, com a logomarca e a tabela nutricional.

Por fim, o projeto também propiciou a formação em Economia Solidária, que teve como conteúdos os conceitos de cooperativismo e associativismo, os instrumentos e modelos jurídicos de formalização, a legislação e tributação da Economia Solidária e a formação sobre os conceitos de comércio justo, Redes e Cadeias Produtivas Solidárias.

Os participantes da rede destacam que, inicialmente, sofreram discriminação da comunidade, no início da implantação do assentamento, mas que atualmente possuem uma boa relação com a população em geral e com o poder público local. Participam dos programas de compras institucionais (PNAE e PAA), e possuem uma renda média mais elevada do que em outras cooperativas.

O projeto Redes colaborou para melhorias no processo produtivo, gestão produtiva, contábil e jurídica, mas também na

ampliação do poder de decisão sobre a gestão da cooperativa, com a qualificação dos associados e associadas, o que chamaram de compartilhamento do conhecimento. A formalização e adequação jurídica das cooperativas singulares também foi destacada como muito positiva, evitando, inclusive, muitas das fiscalizações periódicas durante o transporte dos produtos.

O processo, também teve como resultado positivo a promoção da autoestima, em especial das mulheres, que atuavam apenas no trabalho doméstico e começaram a participar da produção, ter sua renda e autonomia financeira, além de serem ouvidas, de terem sua opinião considerada na tomada de decisão.

Como desafios, se preocupam com a conservação dos cajueiros, um dos símbolos do Ceará, e defendem o estabelecimento de políticas públicas para o caju não desaparecer. Ainda no campo das políticas públicas, destacam iniciativas positivas dos poderes públicos locais e das instituições de apoio como EMBRAPA e SEBRAE, das universidades públicas, mas insistem na necessidade de uma política de assistência técnica permanente. É relevante também que bancos públicos desenvolvam linhas de financiamento e capital de giro adequadas para esses empreendimentos. Por fim, destacam como desafio a necessidade de ampliar a participação da juventude nos EES e na COPACAJU.

Os próximos passos contam ainda com a busca por aumentar as vendas no mercado internacional, diversificar a clientela, conquistar a certificação orgânica, e manter o processo contínuo de melhoria produtiva e de gestão.

REDECOOP Vitória

<p>Municípios do estado do Piauí com EES da Rede: Alhandra, Amparo, Barra De Santa Rosa, Camalaú, Campina Grande, Conde, Cruz Do Espírito Santo, Itabaiana, Mari, Monteiro, Ouro Velho, Parari, Picuí, Pilar, Pombal, Queimadas, Rio Tinto, São Sebastião do Umbuzeiro, Santa Rita, São Bentinho, São Sebastião se Lagoa De Roça, Sapé, Sumé, Zabelê.</p>	<p>Número de EES: 30</p> 
<p>Objetivos da Rede: consolidar uma central de comercialização dedicada ao varejo, fortalecendo a verticalização da produção, comercialização e consumo de produtos diferenciados e com maior valor agregado.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: Agricultura familiar, artesanato.</p>	

A REDECOOP VITÓRIA, inicialmente sediada em 6 municípios nos territórios da cidadania de Borborema e do Cariri Ocidental, no estado da Paraíba, teve como objetivo tornar-se uma central de comercialização dedicada ao varejo, fortalecendo a verticalização da produção, a comercialização e o consumo de produtos diferenciados com maior valor agregado. Com 5

empreendimentos no início do planejamento, chegou ao final do projeto com 30 empreendimentos envolvidos, distribuídos em 24 municípios. Desse modo, atualmente a rede tem empreendimentos em todas as regiões do estado Paraibano.

O estado da Paraíba é marcado pelo clima semiárido e a vegetação pela caatinga. O sertão paraibano é considerado uma das regiões mais secas do país. O estado carece de infraestrutura e de serviços, como saúde, e de políticas adequadas para enfrentamento das necessidades da população diante das peculiaridades climáticas, econômicas e sociais. Do ponto de vista econômico, as principais atividades são as agrícolas, com a ainda forte presença do cultivo da cana-de-açúcar, atividade presente na região desde a colonização. Destaca-se também no estado a produção de milho, algodão, pimenta do reino e frutas. Na pecuária, o destaque são os caprinos, na indústria, a confecção e produção de calçados, e no extrativismo, quartzo, granito e titânio.

Essas características permeiam as condições de trabalho, emprego e renda, onde quase 60% da população está na informalidade e a remuneração média dos trabalhadores e trabalhadoras é 30% menor do que a média nacional (PNAD/IBGE, 2020). Nesse contexto, a Economia Solidária pode ter um papel central para geração de trabalho e renda, para criação de soluções coletivas e comunitárias que superem gargalos econômicos e sociais do estado. Desenvolver estratégias de comercialização dos produtos da Economia Solidária local é um ponto fundamental.

É nesse contexto que o projeto apoiou a constituição da Rede COOP Vitória, que se estabeleceu como uma cooperativa de 2º Grau, formalizada a partir do apoio do presente projeto, passos que foram dados a partir da elaboração do plano de negócios para

criação de um centro de comercialização de produtos da Economia Solidária do estado da Paraíba.

O conceito da central de comercialização segue a referência do caso da Altro Mercato²³, de Bolonha/Itália. Com diversas publicações a respeito, o empreendimento foi apresentado à UNISOL Brasil em intercâmbio técnico com a NEXUS Emília Romagna²⁴. A central de comercialização italiana se configura como um espaço multitemático, com ambientes de restaurantes típicos, mercearia, bar, padaria e quitanda, que ficam ao redor de uma praça de alimentação. O espaço nasceu tendo como vocação favorecer comércio justo, sem marginalização ou exploração, com responsabilidade ambiental.

Os EES envolvidos nessa rede são, em sua grande maioria, ligados à agricultura familiar, com produtos hortifrutis in natura, processados ou semiprocessados, leites e derivados, produtores de caprinos, aves e piscicultores, produtores de artesanato, como crochê e renda Renaissance, entre outros. O objetivo é que cada empreendimento tenha um espaço para comercializar seus produtos nesse, coordenado pela COOP Rede Vitória.

A Coop Rede Vitória recebeu a doação do terreno e conseguiu o financiamento para a construção do galpão onde será o mercado. O terreno está localizado no município de Queimadas, PI, em uma rodovia que é uma rota bastante movimentada, com fluxo de comerciantes e demais consumidores que trafegam para polos de vestuário próximos (Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama, no estado de Pernambuco).

²³ Para maiores informações: <https://www.altromercato.it/>

²⁴ Para maiores informações: <http://www.nexusemiliaromagna.org>

O Projeto Redes apoiou a elaboração da modelagem de como seria o funcionamento do espaço e a sua gestão, através de consultorias e treinamentos proporcionou o desenvolvimento e aprimoramento de produtos dos EES envolvidos, focando em agregar valor por meio de *design*, orientando-se pelo formato do mercado e das características do público-alvo. A consultoria de design desenvolveu, em conjunto com os participantes, o aprimoramento dos produtos e embalagens. Além disso, a consultoria em marketing elaborou o plano de comercialização da Central e também produziu as logomarcas e identidade visual tanto da Coop Rede Vitória, da loja ÉDaqui e também as identidades visuais e as embalagens dos produtos de 5 EES envolvidos.

A contratação de consultoria empresarial colaborou com a elaboração do Planejamento Estratégico Participativo da Rede e do monitoramento do plano mensalmente. Essa consultoria também ajudou na elaboração do Plano de Negócio Participativo da central de comercialização.

O projeto também apoia a Rede através de consultoria em arquitetura, que elaborou a planta baixa da loja, com uma assessoria para a formação de preços (o que é custo e preço de venda; ponto de equilíbrio financeiro; composição de custos; precificação; custo de estoque e financeiro), com a criação de catálogo para a divulgação de produtos.

Por fim, o projeto promoveu a formação em Economia Solidária, em temas como: conceitos de cooperativismo e associativismo; instrumentos e modelos jurídicos de formalização; legislação e tributação da Economia Solidária; e comércio justo, Redes e Cadeias Produtivas Solidárias.

Com esses apoios, o projeto procurou colaborar com a qualidade de gerenciamento da rede, com a gestão financeira, com os procedimentos para a tomada de decisão, com a formação de preços dos produtos e a comercialização.

Como dificuldades encontradas nesse processo, os relatos são relacionados à dificuldade para conseguir a documentação necessária junto aos órgãos governamentais locais, necessário para formalizar a cooperativa de segundo grau. O problema identificado foi a falta de conhecimento desses órgãos sobre como o processo deveria ser encaminhado. Outro desafio é que os empreendimentos têm diferentes níveis de organização e qualidade dos produtos e, portanto, diferentes necessidades. A pandemia colaborou para o atraso da entrega do galpão, que ainda está em fase de finalização.

Em relação aos avanços, o Projeto Redes deu corpo a uma proposta debatida entre os EES da Economia Solidária da Paraíba, que estava sendo gestada desde 2015. As consultorias colaboraram para a aproximação entre os EES e a difusão dos conceitos da Economia Solidária e comércio justo, com diretrizes para a central de comercialização, a partir do debate de temas concretos de interesse dos EES envolvidos: comercialização, marketing e construção do galpão. O próximo passo é a inauguração do centro de comercialização e ampliar o número de EES envolvidos, para comercializarem seus produtos na loja física.

Rede Ellos Solidários

<p>Municípios do Rio Grande do Sul Envolvidos: Canguçu, Canoas, Caxias do Sul, Flores da Cunha, Passo Fundo, Pelotas, Porto Alegre, Rio Grande, Santana Livramento, São Leopoldo, Torres, Uruguaiana, Viamão.</p>	<p>Número de EES: 49</p> 
<p>Objetivos da Rede: organizar a gestão da Rede de Cooperação Solidária para ser capaz de fomentar, qualificar e ampliar a atuação em espaços de comercialização.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: Costura, alimentação, agricultura familiar e artesanato.</p>	

A REDE ELLOS SOLIDÁRIOS é resultado de um processo de aproximação inicial entre 26 EES, formais e informais, no marco da UNISOL Rio Grande do Sul (RS), da Casa de Economia Solidária e de outras iniciativas da Economia Solidária no estado. A proposta era estabelecer um processo que fortalecesse os diversos EES da Economia Solidária existentes no estado, potencializando as ações, criando sinergias, promovendo a formação, a qualificação dos produtos dos EES e ampliando a comercialização.

Essa aproximação teve início em 2015, mas foi a partir do apoio do projeto Redes que a proposta ganhou vida. Importante destacar que é também a partir de 2015 que as políticas para

promoção da Economia Solidária no estado - antes exemplos para o Brasil - passaram a ser reduzidas, descontinuadas ou desarticuladas, gerando um vazio institucional nesse tema.

Os municípios que compõem essa rede estão bastante descentralizados pelo estado do Rio Grande do Sul. Considerando alguma proximidade, é possível organizá-los em 6 grupos:

- EESs da região de fronteira, com os municípios de Santana do Livramento e Uruguaiana, distantes 230 km um do outro, com economias muito voltadas para a agricultura, particularmente, a realizada pelo agronegócio;
- EESs da região metropolitana, distribuídos nos municípios de Porto Alegre, Canoas, São Leopoldo e Viamão, marcados pela vida urbana e as desigualdades das grandes cidades;
- EESs dos municípios de Canguçu, Pelotas e Rio Grande, cidades que apesar da proximidade geográfica, têm vocações bastante distintas, visto que o primeiro tem uma grande participação de pequenos agricultores, o segundo tem foco no agronegócio, serviços e educação superior e o terceiro, tem um parque industrial relevante, apesar da crise recente do setor naval;
- EES em Passo Fundo, cidade com grande participação do setor agrícola, mas com a presença também de indústria de máquinas agrícolas;
- EES em Torres, cidade litorânea com forte presença do turismo, com atividades agrícolas que possuem uma boa participação de pequenos agricultores;
- EESs nas cidades de Flores da Cunha, com forte vocação para o turismo, e Caxias do Sul, com um importante polo industrial, distantes apenas 23km uma da outra.

Como se vê, articular essas experiências em regiões tão distantes, com realidades tão distintas, necessitava de objetivos comuns que potencializassem a Economia Solidária na região. Desse modo, o foco do projeto ficou nos segmentos de artesanato e alimentação, com o objetivo central de ampliar a comercialização e, de forma complementar, promover melhorias dos produtos. Tinham como desafio ainda, o fato de que parte significativa das participantes destinavam poucas horas semanais para a Economia Solidária, seja porque tinham outro trabalho remunerado complementar, seja porque eram as responsáveis pelo trabalho doméstico e as atividades de cuidados.

É nesse contexto que os EESs se somam para construir a Rede Ellos Solidários. Para compartilharem espaços e estratégias comuns nos setores de artesanato e alimentação, procuraram organizar a gestão em rede para serem capazes de fomentar, qualificar e ampliar a atuação em espaços de comercialização. Nessa experiência, também procuraram desenvolver ações que fortalecessem a Economia Solidária no estado, fazendo da rede uma importante articuladora de ações e demandas com outras instituições públicas ou privadas.

A maior parte das pessoas que compunham os EESs são mulheres que executavam a produção de artesanato ou de alimentos de forma amadora, sem qualificação profissional. A necessidade de uma atividade que gerasse renda, sobretudo, no caso das trabalhadoras, fez com que aos poucos iniciassem suas vendas de forma não-organizadas. As pessoas foram se conhecendo e se articulando em grupos no intuito de viabilizar suas participações nas feiras, especialmente nos espaços da Economia Solidária.

Como já possuíam experiência em feiras eventuais e permanentes, os EES participantes do projeto tiveram apoio para promover a diversificação e inovação de seus produtos. No artesanato, as matérias utilizadas são fibras e tecidos orgânicos, madeira, PVC, pedras, aramados, gesso, biscuit, resina e porongos. No campo da alimentação, os EESs são geralmente provenientes de negócios familiares, resgatando receitas tradicionais da gastronomia gaúcha. A atuação em rede colaborou para ampliar a divulgação e comercialização dos produtos.

Desta forma, as oficinas de qualificação foram os principais instrumentos para organização da rede. Essas oficinas garantiram o aprendizado de técnicas eficazes que, além de qualificar o produto, agilizam o processo produtivo. Foram realizadas oficinas de corte e costura, artesanato, bordados, entre outras, que possibilitaram desenvolvimento de novos produtos e melhoria na qualidade dos produtos. Grande parte dos grupos atuam na informalidade e as formações executadas ao longo do projeto procuraram demonstrar a importância da formalização, que possibilita avançar em questões administrativas e na ampliação das vendas.

Em relação ao objetivo ligado à comercialização, foram desenvolvidas as seguintes ações: ampliação, qualificação e melhoria dos espaços de comercialização; construção coletiva de mecanismos de compras de insumos; divulgação da produção e dos espaços de comercialização. O projeto também procurou auxiliar no desenvolvimento de aspectos relacionados à gestão, dentre eles, a estruturação de ferramentas, fluxos e planos contábeis e financeiros.

Além desse processo mais geral, a rede também promoveu ações na região fronteira do estado, na cidade de Santana do

Livramento, onde os EESs *Teares do Sul* e *Mulher Que Faz* avançaram em ações de comercialização com um ponto permanente para vendas dos produtos de artesanato e alimentação. Esses empreendimentos atuam na Casa da Economia Solidária, equipamento público que estava sendo desarticulado pelos governos estadual e municipal. A atuação das mulheres dos EES, com o apoio do Projeto Redes, permitiu que a casa continuasse em funcionamento, com atividades coletivas de formação e qualificação, com destaque para o acolhimento de mulheres desempregadas.

Os desafios que ainda persistem estão relacionados à logística para que os produtos cheguem aos pontos de comercialização ou às feiras. Por ser formado em grande parte por mulheres, há também dificuldades relacionadas ao tempo de trabalho destinado à produção para comercialização, visto que essas pessoas precisam compatibilizar o tempo das atividades remuneradas com os serviços de cuidados.

Além das questões relacionadas às dificuldades das mulheres para participar das atividades produtivas, foi destacado o problema financeiro que muitos empreendimentos sofreram em decorrência da paralisação das atividades durante as medidas necessárias de isolamento social. Também destacaram como dificuldade os limites para conquistar mercados consumidores para os produtos da Rede.

Ainda no campo dos desafios, foi relatada a baixa participação de jovens nos empreendimentos de modo geral, por outro lado, foram realizados relatos de experiências bem sucedidas em alguns empreendimentos que ampliaram de forma significativa a participação da juventude - em geral, essas

experiências têm em comum o fato de darem maior autonomia para que os jovens se organizem no interior dos EESs.

Como avanços, destacaram o desenvolvimento de novos produtos, as formações em gestão dos empreendimentos, que colaboraram para pensar soluções para as dificuldades que surgem no dia a dia. As ações do projeto colaboraram também para demonstrar como a Economia Solidária pode se constituir como um espaço para garantir a autonomia das mulheres. Também destacaram como muito positivo os processos de formação de lideranças mulheres e do resgate da autoestima das participantes. Outro avanço destacado foi a aproximação de outros empreendimentos para o entorno da rede. Por fim, um relato muito importante é que, devido ao esvaziamento das políticas públicas para a Economia Solidária no estado a partir de 2015, os EESs envolvidos no projeto tiveram a capacidade de colaborar com a articulação de diversos segmentos da Economia Solidária no estado, de pressionar por políticas ou de promover apoios mútuos.

Nesta trajetória, o projeto chega ao final com uma rede composta por 48 empreendimentos, o que demonstra o acerto da estratégia de organização de empreendimentos em rede.

Os empreendimentos desta rede foram afetados de forma desigual pelas diversas dimensões da crise gerada pela pandemia da Covid-19, dada a variedade de produtos dos empreendimentos. De todo modo, garantiram meios para que a Rede continuasse viva ao longo desse período e que, ao final de 2021, registrasse uma avaliação positiva sobre todo o percurso realizado. Um ponto relevante é que a Rede teve a capacidade de promover ações estruturais de organização, produção e comercialização dos empreendimentos envolvidos que resultou em uma ampliação

muito significativa do número de empreendimentos que se somaram ao projeto.

Como próximos passos, a Rede espera lançar em breve a plataforma de E-commerce que deve ampliar as vendas e a renda das participantes.

Rede Vale Itaim

<p>Municípios do estado do Piauí Envolvidos: Betânia do Piauí, Jacobina do Piauí.</p>	<p>Número de EES: 13</p> 
<p>Objetivos da Rede: organização de uma central de cooperativas e associações ligadas à agricultura e pecuária familiar, com produção de ovinos, caprinos e mel.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: Caprinos e ovinos.</p>	

A REDE VALE ITAIM trabalha com a agricultura e especialmente, pecuária familiar, com destaque para a produção de ovinos, caprinos e mel. O objetivo dessa rede foi a constituição de uma central que organiza 13 cooperativas e associações da agricultura e pecuária familiar, com uma participação grande de homens e uma boa participação de jovens. A cooperativa ficou encarregada do processamento e da comercialização da carne e do couro dos ovinos e caprinos. No caso do Mel, o objetivo foi organizar a produção e a comercialização através de outra cooperativa já consolidada, a Casa Apis.

Os EESs que compõem a rede estão localizados nas cidades de Betânia do Piauí e Jacobina do Piauí, na região denominada

Alto Médio Canindé, região fronteira com o estado de Pernambuco e, portanto, compõem o sertão nordestino. Os municípios são marcados pela instabilidade e escassez de chuvas, pelo clima semiárido, quente e seco e por culturas sazonais como algodão, mandioca, milho e feijão. A criação animal é focada em ovinos e caprinos, animais que se adaptam melhor ao clima da região.

O projeto apoiou a rede com a contratação de consultoria empresarial, que realizou Planejamento Estratégico Participativo da Rede e acompanhou seu processo de implementação. Também foi ofertada a consultoria empresarial que elaborou um estudo de viabilidade e o Plano de Negócio Participativo da Central/Rede. Ainda em relação à gestão, foi contratada consultoria jurídico e contábil para a realização de diagnóstico dos 13 EES quanto à sua situação jurídica e contábil, indicando e apoiando a obtenção de certificações e inscrições em órgãos oficiais obrigatórios (SIAF, DAP, entre outros). Em relação à comercialização, foi disponibilizada uma consultoria comercial, que realizou um estudo de mercado e Plano Comercial da Rede. Com o Projeto Redes tiveram apoio para a modelagem, elaboração e implantação da Central, por meio da realização das consultorias e formações.

Para promover melhorias na produção, foi contratada uma consultoria em agronomia, que realizou o diagnóstico produtivo dos 13 empreendimentos, identificando a diversidade e capacidade produtiva, as dificuldades técnicas e oportunidades para novos produtos. Os EES tiveram um acompanhamento para a uniformização no manejo do gado de corte, visando o aprimoramento técnico e a padronização para venda coletiva. Nesse sentido, também foram realizadas visitas de intercâmbios

em fazendas modelo da EMBRAPA ou em centros de excelência na produção de caprinos e ovinos.

A consultoria agrônômica também colaborou com a avaliação dos custos de produção e com medidas para agregação de valor. As ações avaliaram a criação de caprinos e ovinos com objetivo de organizar o arranjo produtivo da capriovinocultura. As principais orientações foram para a formação de pasto nativo para os rebanhos, através de medidas de reflorestamento e de cultivo de palma forrageira. Os EES foram orientados a promover ações de manejo sanitário, tais como limpeza diária do curral, identificação e trato das principais doenças que acometem o rebanho, que reduzem a qualidade dos produtos e resultam em perda de animais, além da promoção de vacinação do rebanho.

Os EES também foram orientados quanto à formação de bancos de proteína. Esses bancos são áreas cultivadas com leguminosas, adaptadas à pastagem e às condições do clima e do solo local, que fornece alimento suplementar de maior valor nutritivo, especialmente em relação ao suprimento de proteína para a caprinocultura na estação seca, elevando a produtividade do rebanho ou evitando que os animais percam peso (EMBRAPA, 1990)²⁵.

Um dos empreendimentos, a Associação de Mulheres Criadoras de Galinhas, também recebeu orientação para produção e abate de aves e também treinamento para participação no PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

²⁵ Para maiores informações: Prática para manejo do pastejo, 1990, EMBRAPA. <https://www.embrapa.br/busca-de-solucoes-tecnologicas/-/produto-servico/3499/banco-de-proteina-para-alimentacao-suplementar-de-bovinos-em-pastejo-no-cerrado-#:~:text=Bancos%20de%20prote%C3%ADna%20s%C3%A3o%20C%C3%A1reas,criados%20em%20pastagens%20cultivadas%20e>

Por fim, também foi realizada a formação em Economia Solidária tendo como conteúdo programático: conceitos de cooperativismo e associativismo; instrumentos e modelos jurídicos de formalização; legislação e tributação da Economia Solidária; e comércio justo, redes e cadeias produtivas solidárias.

Além da criação de ovinos, caprinos e mel, os EES também contam com a produção de frutas, principalmente de Embu. Essa produção foi orientada para o processamento, de modo a agregar valor com a produção de polpas, doces e geleias. Nesse caso, houve também ações para promover a qualidade dos produtos e observação às exigências da vigilância sanitária, além de avançar nos processos de certificação de produção artesanal.

As ações de assessoria e consultoria técnica também colaboraram para que a Rede e seus EES se inscrevessem em editais, agências de fomento à produção e projetos governamentais, de modo a ampliar a capacidade de recursos e apoios para sua construção.

As ações de assessoria e consultoria demonstraram que as intervenções tiveram grande sucesso na melhoria de produtos, aumento da produtividade e da renda. No entanto, os relatos dos EES participantes é que, justamente por ter sido muito positiva, as consultorias deveriam ser políticas públicas permanentes para os EES da Economia Solidária, tanto as consultorias em agronomia como as jurídicas e contábeis. Também como resultado das orientações técnicas das consultorias realizadas, os EES estão em busca de parcerias e financiamentos para aquisição de novos equipamentos e instalações, necessários para garantir as certificações sanitárias.

De todo modo, avaliam como muito positiva a participação no projeto, destacaram os aprendizados sobre a necessidade de

manter um processo coletivo permanente de melhorias, produtivas, de gestão e de comercialização. Também destacaram que a opção pela atuação coletiva, construída como um processo ao longo do projeto, é reconhecida como um elemento positivo pelos produtores.

As melhorias produtivas elevaram a produtividade e a comercialização dos produtos, resultando em aumento da renda para os produtores locais, mas ainda têm um longo caminho a percorrer. Entre as ações previstas está a de manter a formação continuada, aquisição das certificações necessárias, busca de recursos para novos investimentos e apoio técnico permanente.

Rede Piauí Produtivo

<p>Municípios Envolvidos: Altos Batalha, Elesbão Veloso, Ipiranga do Piauí, Jose de Freitas, São João do Arraial.</p>	<p>Número de EES: 11</p> 
<p>Objetivos da Rede: viabilização comercial e organizacional, melhoria da produção e o desenvolvimento de novos produtos derivados do caju (doces, polpas e destilados).</p>	
<p>Principais produtos e serviços: derivados de caju, artesanato, polpa e doces de frutas, sequilhos, azeite babaçu.</p>	

A REDE PIAUÍ PRODUTIVO foi constituída no entorno da CAJUESPI (Cooperativas de Produtores de Cajuína do Piauí). As comunidades têm seus próprios processos de produção, e a Cooperativa centraliza o recebimento e a distribuição. A cajuína é uma bebida típica da região nordeste do Brasil e é reconhecida como Patrimônio Cultural do Piauí. O processo para que seja clarificada tem início com o suco batido, depois é separado da polpa escura com o auxílio de gelatinas e é filtrado, restando uma bebida clara, rica em cálcio, ferro, fósforo e vitaminas A e C. Só no

Piauí existem 868 empreendimentos que produzem a bebida – a maior parte, no entanto, tem comercialização limitada por não possuir certificação pelos órgãos fiscalizadores.

A Rede Piauí Produtivo agrega 11 associações de produtores de cajuína e outros derivados do caju. O produto é comercializado em feiras e eventos, no comércio varejista e institucional, em âmbito estadual e nacional, com o apoio da CAJUESPI.

Esses empreendimentos são, em grande parte, formado por mulheres, inclusive, na coordenação geral das entidades. Os EES estão localizados em regiões do norte e centro-norte do estado, com municípios em regiões de clima semiárido e outros em regiões com clima de transição onde se encontra a Mata dos Cocais, composta por palmeiras e árvores de médio e grande porte, como carnaúbas, babaçus e buritis.

A Rede tem como principal foco sua viabilização comercial e organizacional, assim como a melhoria da produção e o desenvolvimento de novos produtos derivados do caju (doces, polpas e destilados). Com estes objetivos, foi previsto apoios destinados à estruturação da rede, com foco no comércio e no aprimoramento produtivo, desenvolvimento e melhoria de produtos e marketing.

Além disso, a Rede Piauí Produtivo também apoiou iniciativas de empreendimentos com atividades relacionadas à produção de artesanato de palha de milho e de buriti, de artesãs ligadas à costura, quebradeiras de coco, produtores de polpa e de doces de frutas variadas, produção de sequilhos e horticultura.

Vale destacar que as necessidades de apoio, grau de institucionalidade e organização dos diferentes empreendimentos ligados à essa rede foram bastante distintos. Este fato redobrou a necessidade da equipe que acompanhou as ações de

assessoramento e acompanhamento técnico, de modo a desenvolver ações segundo as necessidades do estágio em que se encontrava cada associação, para que todos pudessem avançar na melhoria da gestão dos empreendimentos, na qualidade da produção, aumentar a agregação de valor e a renda dos associados e associadas.

O primeiro apoio fornecido pelo Projeto Redes foi a consultoria para a elaboração e acompanhamento do Planejamento Estratégico Participativo, além de um estudo de viabilidade econômica e Plano de Negócio Participativo. Em relação à comercialização, foi contratada a consultoria para a elaboração de plano de marketing e desenvolvimento de rótulo e marca.

Para melhoria no processo produtivo, foi contratada consultoria em agronomia, que realizou um diagnóstico para a avaliação produtiva dos 11 empreendimentos que fazem parte da Rede, identificando a capacidade produtiva, dificuldades técnicas e oportunidades para desenvolvimento de novos produtos. Com essa avaliação, foram realizadas ações para definição de custos de produção e fabricação de biscoitos e pães; adaptações para garantir a conformidade dos produtos aos critérios da vigilância sanitária; controle de estoque (para artesãs); boas práticas no manejo e beneficiamento das frutas; apoio para o planejamento de instalação de mini fábrica de cajuína e para o planejamento de instalação de energia solar.

Também foram desenvolvidas ações de organização das mulheres através da metodologia de cadernetas agroecológicas²⁶,

²⁶ A Caderneta Agroecológica é um sistema de registro de informações sobre o que foi vendido, doado, trocado e consumido cotidianamente, a partir de tudo o que é cultivado nos espaços de domínio das mulheres nas unidades produtivas da

de modo a dar visibilidade à contribuição produtiva das mulheres nas unidades familiares. Além disso, também foi garantida a contratação de consultoria nutricional para avaliação nutricional da cajuína (tabela nutricional), aplicação de boas práticas na preparação de alimentos e envasamento.

Por fim, também foi realizado um conjunto de atividades formativas, aproveitando os encontros virtuais decorrentes das medidas de isolamento para prevenção da Covid-19. As atividades formativas tiveram temas variados: Economia Solidária; os desafios e a importância da agricultura familiar; a participação das mulheres na política e a formação de lideranças mulheres; divisão justa do trabalho doméstico; condução e realização de assembleias em tempos de pandemia; renda básica e Economia Solidária - soluções para uma nova economia; e apresentação e discussão da Lei federal 13.648/2018 que dispõe sobre a produção de polpa e suco de frutas artesanais em estabelecimento familiar rural.

Também foram realizadas atividades de formação para as artesãs da costura e da produção de artesanato com palha de milho e buriti e para a formalização de empreendimentos (como a Associação das mulheres quebradeiras de coco de Cabeceiras, PI). Foram realizadas formações de viveiro de mudas para aumento das áreas produtivas, cursos de aproveitamento do pedúnculo e do subproduto da cajuína na transformação de doce e rapaduras.

Mas a maior parte das ações se concentraram nos empreendimentos que realizam a produção de cajuína. Neste caso, as ações de apoio além de promover a articulação dos empreendimentos envolvidos, de modo a organizarem a compra

agricultura familiar e camponesa, desde a produção agropecuária ao artesanato e o beneficiamento.

de insumos, a produção e a comercialização de modo coletivo, também foram realizadas ações de fomento a boas práticas de manejo, definição de custos de produção e de viabilidade da produção de cajuína.

Dentro do grupo existe um movimento articulado entre as mulheres que fazem parte do empreendimento Morro do Papagaio, que objetiva o fortalecimento da mulher na produção de cajuína e artesanato. Para viabilizar a sustentabilidade da atividade foi necessária a capacitação do grupo em todo o processo produtivo, desde o manejo nas áreas de plantação de cajueiros até a produção de mudas de caju.

A rede também promoveu um conjunto de atividades, ao longo da pandemia, que pudessem garantir renda para as famílias participantes dos empreendimentos, inclusive, com propostas para o governo do estado constituir um plano emergencial de proteção às pessoas mais vulneráveis. A rede também apoiou a comercialização de kits de proteção dos empreendimentos ligados à costura.

A rede procurou manter algumas das ações previstas no projeto, dado que o meio virtual tinha limitações devido à falta de internet nas residências de muitas famílias participantes do projeto. Mesmo assim, atividades de formação em temas variados continuaram a ser realizadas. Essa dificuldade de acesso e atividades presenciais também resultaram em dificuldades relacionadas ao grau de organização dos empreendimentos.

É importante destacar que o estado está debatendo a regulamentação da Lei 7755/2022, que *“Dispõe sobre a inspeção sanitária e industrial nos estabelecimentos que processam produtos de origem vegetal no Estado do Piauí”*. A UNISOL PI, as redes e seus EES estão acompanhando esse processo que irá

definir as medidas de inspeção e certificação sanitária específicas para os pequenos empreendimentos.

A Rede Piauí Produtivo desenvolveu atividades em conjunto com a Rede Itaim, tanto formativas, como articulações com o poder público para melhorar as políticas de apoio à Economia Solidária na Região, criando mais uma dimensão de atuação.

As avaliações sobre esse processo são bastante semelhantes entre as duas redes. As ações de assessoria e consultoria técnica também colaboraram para que a rede e seus EES se estruturassem de uma forma melhor e permanente. As ações de assessoria e consultoria demonstraram que as intervenções tiveram grande sucesso na melhoria de produtos, aumento da produtividade e da renda, mas também defenderam a necessidade de assistência técnica permanente e ainda, reforçaram que a atuação coletiva ganhou mentes e corações, além dos ganhos econômicos.

Um exemplo de como o Projeto Redes foi transformador é o apoio ao Grupo de Mulheres Quebradeiras de Coco (GMQC). O grupo que começou de modo informal, com pouca organização produtiva conquistou avanços significativos na coleta, quebra e extração de azeite de babaçu. A associação também conquistou sua formalização, o que facilita a comercialização.

A atividade de coleta e quebra do coco de babaçu é realizada por mulheres há gerações e se concentra nos estados do Pará, Tocantins, Maranhão e Piauí. No entanto, nos últimos 40 anos, grandes fazendeiros têm se apropriado dessas terras e criado dificuldades para que as mulheres colem o coco: ergueram cercas, cobram parte da produção, derrubam as palmeiras para a criação de gado e para cultivo de soja e eucalipto, muitas vezes por meio de incentivos públicos. Há também relatos de que os

seguranças dessas propriedades cometem crimes relacionados à violência física e sexual contra as mulheres²⁷.

No entanto, as quebradeiras formaram uma organização forte, o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. Esse movimento reagiu a essas violências e com essa mobilização conquistaram a Lei Babaçu Livre, implantada pela primeira vez em 1997, no município maranhense de Lago do Junco. Desde então, essa regulação se espalhou para outros estados e municípios. Apesar da Lei, ainda há recorrentes descumprimentos, e essas mulheres seguem com suas lutas.²⁸

Recentemente, em março de 2021, foi entregue o Título Definitivo de Propriedade Coletiva do Território Tradicional de Quebradeiras de Coco Vila Esperança, constituído de 1.219,5 hectares, uma área que abrange partes dos municípios de Esperantina, Campo Largo do Piauí e São João do Arraial, no estado do Piauí. Essa titulação é inédita, pois representa o reconhecimento dos direitos territoriais das quebradeiras de coco babaçu como comunidade tradicional²⁹.

O Projeto Redes tem uma satisfação enorme de ter apoiado o Grupo de Mulheres Quebradeiras de Coco (GMQC), de São João do Arraial - PI, de modo que essas mulheres conquistem uma vida digna para si e para suas famílias.

²⁷ Para maiores informações:

<https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/quebradeiras-de-coco-babacu/>

²⁸ Para maiores informações:

<https://reporterbrasil.org.br/comunidadestradicionais/quebradeiras-de-coco-babacu/>

²⁹ Para maiores informações: <http://novacartografiasocial.com.br/vitoria-no-piaui-foi-titulado-o-primeiro-territorio-de-quebradeiras-de-coco-babacu-do-brasil/>

Justa Trama

<p>Municípios e estados envolvidos: Itamarati, MS; Pará de Minas, MG; Porto Alegre, RS; Porto Velho, RO; Tauá, CE; Porto Velho, RO.</p>	<p>Número de EES: 6</p> 
<p>Objetivos da rede: aprofundar aspectos de gestão e promoção da agroecologia; desenvolver mais a produção com cordão e tricô, avançar na tecnologia de extração de pigmentos naturais e tingimento a partir de sementes, folhas e plantas em Porto Velho, RO; criar nova coleção de produtos com alto valor agregado.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: Algodão, tecelagem, confecção.</p>	

A REDE JUSTA TRAMA é formalizada como Cooperativa Central Justa Trama. Trata-se de uma cadeia produtiva do setor de vestuário e brinquedos, que organiza a produção e comercialização desde a plantação do algodão, passando pela tecelagem até a elaboração dos produtos finais, que serão vendidos ao consumidor final - todos esses elos estão organizados em empreendimentos da Economia Solidária. É também a única

das redes acompanhada pelo projeto que é composto por EES de diversos estados da federação.

A Justa Trama foi fundada em 2005 e formalizada em 2008. Inicialmente composta apenas pelo elo da costura, foi aos poucos somando os demais elos produtivos. Os produtos e serviços dessa rede são: o algodão orgânico; a produção têxtil; peças de vestuário; brinquedos e jogos pedagógicos. A produção é organizada de modo a evitar qualquer desperdício de material e até mesmo os resíduos da confecção de roupas são utilizados para produção dos bonecos e bonecas.

FIGURA 2 - Cadeia produtiva da Rede Justa Trama



Fonte: Justa Trama, 2022.

Atualmente, a rede conta com 6 EES, sendo 5 formalizados e 1 informal, que trabalham nos preceitos da Economia Solidária e comércio justo e agrupam cerca de 600 trabalhadores em cinco estados do Brasil. Os empreendimentos estão inseridos em

contextos bastante diversos. No Ceará, no município de Tauá, no interior do estado, 340 km de distância da capital Fortaleza, em uma região de pequenas e médias cidades, nas quais o algodão é uma importante fonte de renda. No Mato Grosso do Sul, na cidade de Ponta Porã, o EES está localizado no Assentamento Itamarati, o maior do país, com cerca de 2,6 mil famílias que, recentemente, receberam os títulos de suas terras. Em Rondônia, o EES fica na capital, Porto Velho, que concentra um bolsão grande de pobreza, depois da finalização das obras de construção das usinas hidrelétricas na região.

Em Mina Gerais, nas proximidades da região metropolitana, fica a cidade de Pará de Minas, já teve uma relevante produção têxtil, mas, com as crises econômicas, concorrência com produtos importados, entre outros elementos, acabou reduzindo sua participação dentre as demais atividades econômicas da cidade. A Coopertêxtil iniciou suas atividades em janeiro de 1998 com o arrendamento da Companhia Fiação e Tecelagem Pará de Minas, uma das mais antigas do estado, com 40 anos de atuação. A empresa entrou em concordata em maio de 1996 devido a problemas financeiros e, para evitar o fechamento das portas, os funcionários se uniram e assumiram a fábrica. Hoje, com capacidade mensal para produzir 200 toneladas de fios e 800 mil metros lineares de tecidos, a Coopertêxtil opera por meio de facção e atende cerca de 20 clientes, entre eles a marca Justa Trama, do Rio Grande do Sul.

Em Porto Alegre, encontra-se a Univens, responsável pela produção das peças de vestuário e a Inovarte, bichos e jogos pedagógicos com as sobras da confecção. Na cidade também fica a sede da Justa Trama, o banco comunitário do qual a Rede faz

parte e onde se realiza um conjunto de oficinas abertas para a comunidade local.

Com o Projeto Redes, o objetivo foi o aperfeiçoamento técnico da produção do algodão colorido agroecológico, bem como da formação dos cooperados para o desenvolvimento de novas peças, com novos designs, e para melhorias no acabamento final nos produtos, procurando atingir um novo público consumidor.

Como a rede já havia percorrido uma estrada com passos muito relevantes, a atual fase do projeto também pode colaborar com avanços na área de comunicação e marketing. Os lançamentos de coleções passaram a ter mais destaque nas coberturas de mídia, o que contribuiu para o aumento de vendas, sobretudo no canal e-commerce que, somados aos pedidos por e-mail somam 30% das vendas. Com a queda das vendas em lojas físicas durante a fase aguda da pandemia, onde vigoraram as medidas de isolamento social com fechamento do comércio, o e-commerce compensou possíveis perdas.

Em relação à pandemia, a rede fez algumas adaptações, produzindo peças de vestuários mais confortáveis para uso doméstico e produziram mais de 100 mil máscaras de proteção. Também realizaram ações de distribuição de cesta de alimentos nas comunidades mais carentes em Porto Alegre.

O projeto também apoiou ações que ampliaram a comercialização, através da participação em feiras, e ainda, com uma consultoria em marketing que realizou a prospecção de novos clientes e pontos de venda. A busca foi por pontos de vendas com vocação solidária, sustentável e coletiva, feiras e outros espaços similares. Apesar das dificuldades relacionadas à crise econômica e à necessidade de pagamento de aluguel ou

taxas em alguns desses pontos de venda, o processo abriu o diálogo com novos locais para venda dos produtos Justa Trama.

Para esta edição do projeto, o planejamento estratégico da rede também indicou que seria necessário aprofundar os aspectos de gestão e promoção da agroecologia. Indicou ainda o potencial de desenvolver a produção com cordão e tricô, além de avançar na tecnologia de extração de pigmentos naturais e de tingimento a partir de sementes, folhas e plantas da Amazônia, em Porto Velho, RO. A rede também tem se dedicado na melhoria e no aperfeiçoamento da produção do algodão orgânico colorido, tendo como resultado o aumento da área cultivada no Ceará. No Mato Grosso do Sul, já iniciaram o plantio do algodão da cor rubi e estão avançando na certificação de alguns agricultores junto à AEFAP (Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira).

As ações de apoio do projeto Redes também foram dedicadas à criação de novas coleções. Com a crescente demanda por moda sustentável e consumo consciente, a Justa Trama tem espaço para apresentar sua produção. Desse modo, a rede participou pela primeira vez da semana de moda São Paulo Fashion Week, em 2020.

Ainda há desafios para serem vencidos como as distâncias entre os diversos EES, que resulta em questões relevantes para logística da rede, e a consolidação de novos pontos de vendas. Também indicam a necessidade das compras governamentais abrirem um espaço específico para os produtos têxteis orgânicos.

A avaliação das participantes é que a renda aumentou, puxada pelo aumento das vendas. Além disso, indicaram que, pelo fato de a rede ser uma cadeia produtiva com todos os elos, desde a plantação do algodão, o aumento dos custos sofridos por outros

fabricantes devido aos preços do mercado internacional não foram sentidos na rede ou tiveram um impacto muito pequeno.

O Projeto Redes também colaborou para a integração entre as redes, promovendo trocas de experiência e estabelecimento de ações integradas, nesse caso, entre a Justa Trama e a outra rede do estado do Rio Grande do Sul, a Ellos Solidários. Com a execução do projeto, além dos ganhos positivos relacionados à comercialização, produção e gestão nos diversos elos da rede, a Rede Justa Trama ampliou sua voz nos meios de comunicação digital, não apenas para comercialização, mas, para divulgar a Economia Solidária, uma outra forma de organização do trabalho e distribuição dos seus ganhos.

Rede Mineira de Artesanato

<p>Municípios do estado de Minas Gerais envolvidos: Alvorada de Minas, Barra Longa, Cataguases, Conceição do Mato Dentro, Congonhas, Couto Magalhães de Minas, Diamantina, Felício dos Santos, Itabirito, Jequitibá, Ouro Preto, São Gonçalo do Rio Preto, São João Nepomuceno, Serro.</p>	<p>Número de EES: 16</p> 
<p>Objetivos da Rede: potencializar a melhoria dos produtos, reduzir processos de erros e desperdícios, avançar na comercialização de forma coletiva, ampliando a renda para essas populações em situação de fragilidade econômica.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: Artesanato, costura e bordado.</p>	

A REDE MINEIRA DE ARTESANATO se propôs a organizar e promover a melhoria dos produtos artesanais, reduzir processos de erros e desperdícios, avançar na comercialização de forma coletiva, ampliando a renda do trabalho através da Economia Solidária, tendo como foco as populações em situação de vulnerabilidade econômica no estado de Minas Gerais. Esta Rede contou com o suporte da EMATER local.

A Rede é composta por 16 EES distribuídos em 14 municípios do estado de Minas Gerais, em uma dispersão territorial de mais de 700 km. Entre os EES, tem associações e grupos solidários, com presença de empreendimentos formados por quilombolas, assentados da reforma agrária, moradores de áreas rurais e áreas com maior vulnerabilidade socioeconômica, de pequenos e médios municípios.

As ações tiveram início com capacitações técnicas voltadas para melhorias produtivas. Cada empreendimento teve uma abordagem de acordo com suas características e particularidades em cada território. Simultaneamente, foram desenvolvidas ações para estruturar a Rede de Cooperação Solidária entre todos os 16 EES participantes, através da contratação de consultoria para realização do Planejamento Estratégico Participativo, para a definição de Plano de Negócio Participativo e para a elaboração de estudo de viabilidade da REDE.

Para colaborar com a comercialização, foram disponibilizadas consultoria de design e marketing, que elaboraram uma estratégia de comercialização e identidade visual, para atrair o mercado consumidor tanto do atacado como do varejo. Desse modo, com a identidade visual definida, o projeto apoiou a criação e impressão de catálogo para divulgação de produtos, impressão de rótulos e embalagens adequadas.

Também foram realizados percursos formativos em Economia Solidária com temas relacionados aos conceitos de cooperativismo e associativismo; aos instrumentos e modelos jurídicos de formalização; à legislação e tributação da Economia Solidária; e ao comércio justo, Redes e Cadeias Produtivas Solidárias. Uma das principais ações formativas foi a que promoveu a cultura de produção através da Economia Solidária,

resgatando a produção em grupo, a reconstrução da convivência comunitária, o resgate da autoestima, a troca de saberes e a geração de renda. A maioria absoluta de participantes dessa rede é formada por mulheres, de todas as idades, desde as jovens até as idosas.

A rede teve uma forte atuação formativa, com cursos de corte e costura que tinham como conteúdo desde as técnicas de costura; a elaboração e desenho de peças; moldes e modelagens; a realização do acabamento e uso de acessórios; Também foram realizados cursos de artesanatos com materiais da cultura local e formação para a precificação dos produtos.

Essas atividades formativas procuraram desenvolver a prática em bordados, costura criativa e design dos produtos. Esses cursos tiveram a preocupação de ensinar as técnicas e as informações sobre os materiais, uso das máquinas e equipamentos, mas também de estimular o processo criativo das participantes com ênfase nas identidades e culturas locais. O objetivo foi o de promover a valorização dos recursos disponíveis, combinando a produção e a criação pessoal e coletiva, combinados com as demandas do mercado consumidor e das noções de design ensinadas.

As oficinas realizadas com os empreendimentos resultaram em melhoria do processo de produção do artesanato e em melhorias dos produtos. Possibilitou a criação de uma linha de produtos com design que recuperou características culturais locais que, além de promover a história regional, agrega um valor adicional aos produtos.

O aprendizado dos cursos foi replicado nas comunidades, garantindo que um grupo maior fosse beneficiado pela formação do Projeto Redes.

Destacaram que a pandemia foi um ponto muito negativo pela impossibilidade da realização de feiras, com fechamento de ponto de comercialização de artesanato, com os limites impostos para o turismo e, mesmo com a queda de renda da população brasileira frente a crise - todos esses fatores atingiram fortemente o setor de artesanato. Apenas setores ligados à costura, que conseguiram reorientar a produção para máscaras, conseguiram atravessar esse momento de forma mais tranquila.

Pontuaram que a participação de mulheres e jovens na rede é relevante, mas, que é preciso ampliar a comercialização para superar a vulnerabilidade econômica. Também relataram as dificuldades para compatibilizar trabalho doméstico e remunerado. Apontaram a necessidade de continuidade da Rede Mineira de Artesanato e da busca de novos parceiros para dar seguimento ao processo formativo e para desenvolver novas ações de fortalecimento da produção e comercialização coletivos.

As participantes destacaram com muita ênfase os efeitos positivos do Projeto Redes para a saúde mental das mulheres, reduzindo casos de depressão. A valorização da cultura local, traduzida em sua produção artesanal também colaborou com aumento da autoestima e um sentimento de pertencimento, de valorização de suas histórias. Destacaram como positivo a construção desse processo de formação, produção e comercialização de forma coletiva, solidária e cooperativa.

Rede SMT (Solidário Mato Grosso)

<p>Municípios do Mato Grosso envolvidos: Barão Do Melgaço, Cuiabá, Nobrest, Nossa Senhora do Livramento, Poconé.</p>	<p>Número de EES: 5</p> 
<p>Objetivos da Rede: elaboração e implantação de roteiros que abrangem os segmentos de turismo rural, cultural, etnoturismo e ecoturismo, favorecendo a comercialização dos produtos dos EES envolvidos.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: hortaliças, frutas, legumes e derivados, turismo, artesanato, manifestações culturais, mel, aves, peixes.</p>	

A REDE SMT já estava constituída, apoiada por um projeto anterior, e foi incluída no projeto Redes com o objetivo de construir e implantar roteiros que abrangessem os segmentos de turismo rural, etnoturismo e ecoturismo, nas localidades onde se encontram os empreendimentos. Esse processo buscava também favorecer a comercialização dos produtos dos EES envolvidos combinados com a exploração desse novo nicho de mercado, o turismo.

A rede tem 5 EES com uma participação bastante expressiva de jovens e mulheres muito atuantes. Um dos EES está localizado em Nobres, cidade próxima à Chapada Diamantina, que conta com muitas opções de passeios de natureza (rios, grutas, cachoeiras) e históricos, como as pinturas rupestres. Esse empreendimento é um assentamento da reforma agrária bastante antigo. A cidade também é marcada pela exploração de calcário (com nove empresas de extração do mineral), do cimento, além da exploração de jazidas de ouro.

Os demais EES estão localizados na região do pantanal, reconhecida por suas belezas naturais e com empreendimentos ligados a quilombos. Nessas cidades há um número bastante relevante de quilombos (são 39 quilombos certificados³⁰), que surgiram no processo de colonização, baseado no trabalho escravo para mineração do ouro. É importante destacar que apesar de certificados e de legalmente terem a posse das terras, os conflitos com o garimpo ilegal são constantes e pioraram nos últimos anos.

Além do apoio do Projeto Redes, os EES também contaram com ajuda do governo do estado e de instituições ligadas ao turismo local para cumprir os objetivos descritos. O projeto apoiou a formação de roteiros de turismo com a contratação de consultorias que também colaboraram para estabelecer uma nova estratégia de comercialização.

Os roteiros turísticos elaborados envolvem todos os empreendimentos da rede. Parte dos EES participam executam os passeios turísticos e os demais participam com a oferta de

³⁰ 7 quilombos em Nossa Senhora do Livramento, 29 quilombos em Poconé e 3 quilombos em Cuiabá. Fundação Palmares, maiores informações: https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551

produtos típicos, que são comercializados nos pontos de passagem e parada dos roteiros. Os produtos comercializados são mel, rapadura, cachaça, farinha, banana chips, embutidos e queijos, artesanatos e apresentações culturais. Além desses produtos os empreendimentos também produzem hortaliças, legumes, aves, piscicultura, participam das compras públicas através do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e de feiras locais.

Como dificuldades, foram destacadas a falta de recursos para novos financiamentos, necessários para melhorar a atuação dos empreendimentos envolvidos. Além disso, as atividades de turismo foram suspensas durante a fase aguda da pandemia, e demoraram para retornar aos patamares anteriores de visitas e consumo.

As ações nessa fase do Projeto Redes também buscaram aumentar a produção através da melhoria do processo produtivo e do beneficiamento agroindustrial, com utilização de maquinário adequado e com o fortalecimento de cadeias produtivas que envolvem os EES que compõem a rede. Também procuraram aumentar as vendas e a renda com a certificação orgânica e com ações de marketing, com destaque para os folders confeccionados que divulgam os roteiros turísticos e produtos locais. O projeto também garantiu apoio contábil e jurídico para os empreendimentos que, em muitos casos, avançaram para a formalização.

Como avanços, os participantes destacam a elaboração dos roteiros de turismo rural e de base comunitária, que teve como orientação ser inclusivo e seguir os princípios de comércio justo. Os roteiros foram elaborados de modo a promover e dar visibilidade aos produtos locais, com pontos de vendas em pontos

turísticos, serviços de alimentação nos EES envolvidos, com uso de recursos das propriedades para elaboração de refeições. Outro ponto destacado foi a difusão para a comunidade de uma visão positiva do turismo, a partir de princípios de desenvolvimento regional, de respeito às comunidades locais e respeito à natureza. Com as formações, também avançaram na comercialização para os mercados institucionais.

No caso da INNOVO, associação dos condutores dos roteiros de turismo em Nobres, MT, há uma avaliação muito positiva da organização do trabalho a partir dos princípios da Economia Solidária. Antes atuavam de forma individual, agora, de forma coletiva, os serviços ganharam mais qualidade e visibilidade. Citaram como um exemplo, o fato de participarem do conselho de turismo do município, o que dá mais força para debater demandas com o poder público.

A Avaliação é de que também houve aumento da renda. Um dos exemplos dados foi que a geração de renda começou a chamar a atenção dos jovens. Em uma das propriedades agrícolas participantes do projeto, o volume do turismo resultou no retorno do filho para as atividades em conjunto com a família. Enquanto o filho faz os passeios de barco, a mãe serve refeições para os turistas, com alimentos que foram cultivados na propriedade da família, com o peixe do rio local e com o suco feito com frutas do pomar caseiro, utilizando recursos disponíveis, processados e com maior valor agregado, mas, ainda assim, preservando os recursos naturais na medida em que não é um turismo predatório.

O processo também resultou na consolidação de novas lideranças, particularmente, de jovens que foram em busca de qualificação profissional para atuarem nos EES envolvidos na rede.

Rede Alta Paulista

<p>Municípios do estado de São Paulo envolvidos: Adamantina, Dracena, Junqueirópolis.</p>	<p>Número de EES: 5</p> 
<p>Objetivos da Rede: organizar melhor o acesso às compras públicas, focando grandes municípios, mas também no comércio tradicional (varejista e atacadista), para diminuir a dependência das compras públicas.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: Frutas, hortaliças, Leite, processados.</p>	

A REDE ALTA PAULISTA é formada por 5 EES de agricultores familiares e opera a partir de uma cooperativa de segundo grau formalizada. A rede já conta com duas unidades de processamento, sendo uma mini-indústria despulpadora de frutas e uma indústria de semiprocessados de hortifrúti. Os empreendimentos processam e comercializam sua produção

através de uma cooperativa de segundo grau, e têm como principal mercado os programas PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), complementando as vendas em alguns comércios varejistas.

Os EES que compõem a rede estão localizados em três cidades da região conhecida como Alta Paulista, no oeste do estado de São Paulo - Adamantina, Dracena e Junqueirópolis, região que passou por um ciclo de desenvolvimento relevante com a chegada da linha férrea na região. Outro elemento importante de desenvolvimento da região, no século passado, foi o ciclo do café e a política de mão de obra imigrante. Atualmente, a região ainda possui uma forte presença da agricultura e pecuária. Apesar de cidades de pequeno e médio porte, quando consideramos a população local, são cidades importantes do ponto de vista econômico na região da Alta Paulista.

Neste projeto, essa rede busca organizar melhor o acesso às compras públicas, focando médios e grandes municípios, mas também ter ações voltadas para ampliar as vendas para o comércio varejista e atacadista, evitando a dependência das compras públicas. O portfólio de produtos conta polpas de frutas (maracujá, goiaba, acerola, manga e abacaxi), hortaliças, leite e derivados, vendidos in natura, processados ou minimamente processados.

A estratégia é aumentar o volume de produção através da organização em rede para atender pedidos maiores de venda e, dessa forma, fortalecer os empreendimentos de agricultura familiar na Região da Alta Paulista, visando a autonomia econômica e o desenvolvimento regional, partindo das estruturas existentes de produção e comercialização. A rede teve como

motivação apoiar as iniciativas de processamento e agregação de valor da produção de mais de 1.000 agricultores familiares da região, que se dedicam à agricultura familiar em uma região onde predomina grandes produtores de pecuária de corte e de cana de açúcar.

O projeto apoiou a consolidação dessa estratégia com a Contratação de consultoria para elaboração do Planejamento Estratégico Participativo da rede. Em relação à gestão, houve também consultoria para a readequação do gerenciamento do fluxo de produção, do processamento e da comercialização de produtos pela Cooperativa Central. A contratação de consultoria jurídico e contábil elaborou diagnóstico dos 5 EES e da Central orientando a obtenção de certificações, inscrições em órgãos oficiais obrigatórios (SIAF, DAP, entre outros) e formalização.

O apoio com consultoria em agronomia para os 5 EES teve como objetivo identificar a diversidade e a capacidade produtiva, as dificuldades técnicas e oportunidades para a fabricação de novos produtos. Além disso, foi contratada uma consultoria de marketing e design para desenvolvimento de embalagens e logomarca para 8 produtos da rede, incluindo a elaboração de etiquetas nutricionais para embalagens, a diagramação e a impressão. Nesse campo, também houve uma consultoria nutricional para a avaliação dos produtos, para o desenvolvimento de novos produtos, para promoção de boas práticas no manejo de alimentos e para a elaboração de tabelas nutricionais.

Por fim, o projeto também realizou um conjunto de atividades formativas com temas relacionados à gestão e produção, instrumentos e modelos jurídicos de formalização, legislação, tributação e Economia Solidária.

A rede foi fortemente atingida pela pandemia da covid-19 que, devido às medidas de isolamento social nas escolas públicas teve a paralisação das vendas para o PNAE, sua principal forma de comercialização. Também foi atingida pela estiagem no estado de São Paulo. Esses fatores desmobilizaram o processo em curso quando os passos formativos e organizativos foram cumpridos e a rede estava pronta para avançar na ampliação da produção e comercialização. Diante desse cenário, alguns dos EES ligados à rede conseguiram remanejar as vendas para outros mercados, mas, parte dos empreendimentos tiveram perdas econômicas mais significativas.

Mesmo diante dessas dificuldades, a rede avançou na construção de consensos sobre a importância da organização coletiva, avançou na modelagem para ampliar o processamento e ocupar a capacidade instalada das duas indústrias, ampliando a produção, o que abre portas para mercados com demandas maiores. Como próximos passos, está planejado o desenvolvimento de novos produtos, como o suco em embalagem longa vida.

Rede Orgânico Solidário

<p>Municípios do estado de São Paulo Envolvidos: Americana, Campinas, Valinhos.</p>	<p>Número de EES: 3</p> 
<p>Objetivos da Rede: desenvolver processos de certificação orgânica, pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).</p>	
<p>Principais produtos e serviços: hortaliças, frutas, legumes, processados, pães e bolos, artesanato.</p>	

Constituída por 3 EES da agricultura familiar, a REDE ORGÂNICO SOLIDÁRIO produz hortaliças, plantas medicinais, frutas e ovos e presta serviços de certificação orgânica e formação em produção agroecológica e orgânica. Atualmente, seu enfoque é desenvolver processos de certificação orgânica, pelo Sistema Participativo de Garantia (SPG), do MAPA (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento), como forma de aumentar a atuação da Rede.

A rede buscou, a partir de serviços de assessoria técnica, apoiar os empreendimentos da agricultura familiar estabelecidos em pequenas propriedades, em assentamento rural da reforma agrária e em acampamento do Movimento dos Sem Terra. Além

disso, buscou experiências na produção de orgânicos como forma de atingir públicos e mercados locais e regionais.

Um dos empreendimentos envolvidos, a ANC (Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região)³¹, de Campinas, SP, surgiu inicialmente com o objetivo de comercializar produtos de base ecológica. A partir de 2011, tem como uma das principais atividades a certificação de produtos orgânicos, através do sistema participativo de garantia. Sendo assim, a ANC é um OPAC (Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade Orgânica) credenciado junto ao MAPA (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) que desenvolve atividades com a metodologia do SPG (Sistema Participativo de Garantia). Com a certificação participativa, a qualidade dos produtos é aferida pelos produtores, consumidores, técnicos e outros membros da sociedade que tenham interesse em participar do processo. Além de participativa, essa avaliação deve considerar as diferentes realidades sociais, culturais, políticas, territoriais, institucionais, organizacionais e econômicas³².

No Brasil, o estabelecimento da agricultura orgânica no regramento jurídico teve início em 2003, com a Lei da Agricultura Orgânica (Lei no 10.831), mas, sua regulamentação só ocorreu em 2011, quando de fato passou a vigorar a forma como essa certificação seria realizada.

Há outras legislações que complementam esse regramento jurídico, como por exemplo, o Decreto 6.323/2007, que estabelece os mecanismos de controle da qualidade orgânica: (1) o Controle Social para a venda direta (sem certificação) e o (2)

³¹ Para conhecer essa iniciativa acesse: <https://anc.org.br/quem-somos/>

³² Para maiores informações, acesse: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-SPG_Final.pdf

Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (com certificação). Este segundo mecanismo de controle de qualidade é constituído por dois tipos de Organismos de Avaliação de Conformidade (OAC): a Certificação por Auditoria (Certificadoras) e os Sistemas Participativos de Garantia (SPG)³³.

A ANC está inserida nesse segundo modelo, como uma OPAC, visto que os SPG devem conformar uma personalidade jurídica que os representem. Os SPG visam o acesso popular aos alimentos orgânicos, o resgate e a preservação da sociobiodiversidade, o fortalecimento de relações sociais éticas e solidárias, a valorização do conhecimento popular e o processamento familiar e artesanal.

A ANC é também responsável pelas três feiras ecológicas que acontecem no município de Campinas e tem apoiado e incentivado as feiras de produtos orgânicos, onde pode ser encontrada uma grande variedade de frutas, verduras e legumes de época, cultivadas sem utilização de insumos químicos, além de alimentos como pães, geleias e laticínios processados com matéria-prima orgânica.

Além da ANC, há outros dois empreendimentos envolvidos nessa rede, a Cooperativa da Agricultura Familiar de Americana, Cosmópolis, Limeira e Piracicaba (COOPERFLORA), composta por agricultores e agricultoras de um assentamento da reforma agrária e o Núcleo de Agroecologia do Acampamento Marielle Vive, em Valinhos, SP.

Importante destacar que os EES COOPERFLORA e Marielle Vive enfrentam constantemente uma tensão com a especulação imobiliária e também com a população que reside nas proximidades em condomínios que, apesar de consumirem os

³³ Para maiores informações, acesse: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Guia-SPG_Final.pdf

produtos orgânicos, avaliam que a proximidade com essas propriedades da agricultura familiar desvalorizam seus imóveis. No caso do acampamento Marielle Vive, há ainda a insegurança sobre o futuro, se de fato serão assentados naquele território o que, muitas vezes, impede que investimentos mais duradouros sejam planejados pelos participantes.

Outra dificuldade enfrentada pelos EES ligados à rede é a dependência das compras públicas através do PAA e PNAE. É verdade que esses são os principais programas de compras públicas que colaboram para fortalecer a agricultura familiar no Brasil, de modo que auxiliam na comercialização e ampliação da produção, com geração de renda para os produtores e segurança alimentar para a população brasileira. No entanto, mudanças nas regras e redução dos recursos disponíveis para o programa, resultam em alterações abruptas nas programações de produção e venda dos EES.

É nesse contexto que surge a proposta de construção da Rede Orgânicos Solidários, com o objetivo de ampliar a produção de orgânicos, melhorar a produtividade e aumentar a comercialização de forma acessível para a população. Nesse sentido, atuaram para adotar tecnologias limpas, boas práticas de manejo ambientalmente sustentáveis, compartilhamento de informações e difusão de práticas de transição agroecológica. A rede também procurou demonstrar os ganhos dessa forma de produzir, não apenas para a saúde de quem consome esses alimentos e para o meio ambiente, mas também para a produção, com maior autonomia dos produtores e produtoras, com redução de custos e aumento da produtividade.

A rede tinha empreendimentos em diferentes estágios de formalização, de produção e de organização. O maior desafio foi

promover uma ação integrada de formação para nivelar as atividades produtivas, de maneira que todos fossem incorporados no modelo de negócios, mas, respeitando as decisões de cada agrupamento sobre com esse processo seria realizado.

O projeto colaborou com a consultoria para a elaboração do Planejamento Estratégico Participativo da rede. Também foi contratada consultoria para ajudar na readequação do gerenciamento do fluxo de produção, processamento e comercialização de produtos pela rede. E ainda, pensando na gestão, a consultoria jurídica e contábil elaborou diagnóstico dos 3 EES e da Rede.

Em relação às melhorias produtivas, foi disponibilizada consultoria em agronomia para realização de diagnóstico dos 3 empreendimentos, buscando identificar o perfil, capacidade produtiva, dificuldades técnicas, e oportunidades de desenvolvimento de novos produtos.

A contratação de consultoria em marketing e design desenvolveu as embalagens, logomarcas para 8 produtos e um catálogo com os produtos da rede. Com a colaboração de nutricionista, foram elaboradas as etiquetas nutricionais.

Assim como nas demais redes, foi realizada formação em Economia Solidária nos temas sobre conceitos de cooperativismo e associativismo, instrumentos e modelos jurídicos de formalização, legislação e tributação da Economia Solidária, comércio justo, redes e cadeias produtivas solidárias.

Desde o início do projeto, cada ano teve particulares, inclusive, contexto político, estiagem e pandemia. Mas, a rede conseguiu executar todas as ações previstas, realizaram atividades em comum com as demais redes já existentes no estado de São Paulo, o que gerou sinergias e aprendizados.

Destacam como positivo também a abordagem realizada pela assessoria agrônômica, que levou em consideração que a produção está inserida num sistema econômico, político, social e cultural; que para pensar na produção é preciso considerar a relação com a comercialização, com logística, com os parceiros locais, com os anseios dos produtores, entre outros elementos.

Outro resultado foi o resgate da diversidade agrícola, ampliando as possibilidades de alimentação, resgatando saberes produtivos e alimentares ancestrais. Além disso, houve uma difusão de técnicas que garantem uma produção sustentável aliada aos ganhos de produtividade. Esse processo aproximou produtores e consumidores para a reflexão sobre a produção de alimentos e consumo.

Em relação aos próximos passos, a rede procura formas de garantir a assessoria técnica permanente, considerando que estes serviços devem ser realizados a partir de uma relação construída ao longo do tempo, para fortalecer uma relação de confiança entre produtor e técnico, de modo a torná-la mais efetiva.

Rede Vale do Ribeira

<p>Municípios do estado de São Paulo Envolvidos: Apiáí, Juquia, Miracatu, Sete Barras, Vale do Ribeira.</p>	<p>Número de EES: 9</p> 
<p>Objetivos da Rede: formalização da REDE, melhorias na modelagem dos fluxos administrativos, financeiros, produtivos e logísticos, com aumento da produção orgânica e incremento dos pontos de venda, visando diversificar a comercialização entre compras públicas, varejista e atacadista.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: Frutas, hortaliças, artesanato, legumes, grãos, processados, serviços.</p>	

A REDE VALE DO RIBEIRA se inspirou na REDE SOLIDÁRIA 7 BARRAS, atendida pelo projeto anterior. Acompanhando os efeitos positivos da rede já em andamento, particularmente relacionados aos ganhos de escala na comercialização, a Vale do Ribeira decidiu encampar a proposta.

Atualmente, a rede agrupa 9 empreendimentos que organizam 1.500 produtores da agricultura familiar, distribuídos

em cinco municípios da região do Vale do Ribeira, que tem como principal produto a banana. Os empreendimentos produzem também palmito pupunha e frutas típicas da Mata Atlântica, convencionais e orgânicos, in natura, semiprocessados ou processados. A rede também produz artesanato com fibra das bananeiras (móveis, utensílios e objetos de decoração).

Os empreendimentos da rede estão inseridos na CooperCentralVR (Cooperativa Central do Vale do Ribeira). É, portanto, uma Rede formalizada que executa contratos de vendas para o mercado institucional (PNAE) no município de São Paulo e em mercados privados. Como dito acima, o principal produto comercializado pela rede é a banana *in natura*, com o excedente é produzido o doce de banana. Os demais produtos dos EES são comercializados de forma descentralizada.

A região do Vale do Ribeira fica ao sul do estado de São Paulo e tem esse nome devido a presença da bacia hidrográfica do Rio Ribeira de Iguape. Do ponto de vista econômico a região foi marcada por ciclos de exploração do ouro, seguido pelo arroz, café, depois chá e banana. Atualmente, além da banana, é relevante também o cultivo de tangerina e a pecuária (bovinos e bubalino). Por ter uma vasta área da mata atlântica ainda preservada, também possui diversas unidades de conservação ambiental.

A região do Vale do Ribeira também tem um valioso patrimônio cultural. Em seu território se encontram o maior número de comunidades remanescentes de quilombos do estado de São Paulo, e ainda, comunidades caiçaras, índios Guarani, pescadores tradicionais e pequenos produtores rurais³⁴.

³⁴ Para maiores informações: <https://www.quilombosdoribeira.org.br/vale-do-ribeira>

A rede definiu como objetivo principal a formalização da Rede, a modelagem dos fluxos administrativos, financeiros, produtivos e logísticos, orientados para o aumento da produção orgânica. Outro objetivo é o incremento dos pontos de venda, reduzindo a dependência de um canal exclusivo de venda, ou seja, não ficar refém nem das compras públicas nem do mercado privado.

Para alcançar esses objetivos, o projeto contratou consultoria nutricional para avaliação e desenvolvimento de novos produtos (semimanufaturados ou manufatura). Também forneceu consultoria em agronomia, para elaboração de avaliação produtiva dos empreendimentos ligados à Rede, identificando dificuldades técnicas e novas oportunidades de produtos.

A consultoria em agronomia orgânica elaborou a proposta de modelagem dos processos para a certificação orgânica pois a rede definiu também como objetivo ampliar a participação desse produto em sua produção/vendas. O projeto teve papel relevante nessa ação, com a consultoria, com a formação dos associados no tema, com o convencimento progressivo sobre os benefícios de ampliar a produção de banana orgânica.

Para melhorias na modelagem dos fluxos administrativos, financeiros, produtivos e logísticos foi contratada a consultoria que elaborou diagnóstico e, de forma participativa, foram definidas as soluções para superação dos problemas. Em relação ao funcionamento da rede e EES, foi contratada consultoria jurídica e contábil que também elaborou diagnósticos dos EES envolvidos no projeto. O apoio nas questões logísticas foi precioso para que a rede pudesse atender diversos municípios do estado de São Paulo em áreas muito distantes do Vale do Ribeira. Para promoção da comercialização, a consultoria em marketing e

design desenvolveu embalagens, logomarca para 10 produtos dos EES, 1 catálogo de produtos da REDE.

Além desses apoios, a UNISOL realizou um percurso formativo sobre Economia Solidária com temas sobre o conceito de cooperativismo e associativismo; instrumentos e modelos jurídicos de formalização; legislação e tributação da Economia Solidária; comércio justo, redes e cadeias produtivas solidárias.

A comercialização foi bastante prejudicada no período inicial da pandemia da covid-19. Com a impossibilidade de aulas presenciais, o PNAE ficou paralisado e, de um dia para o outro, a rede se viu com os estoques cheios de produtos perecíveis sem ter como vendê-los. Com o passar do tempo, foram reorganizando as vendas, mas ficou como lição avançar em diversificação de mercados. Desse modo, nos anos seguintes houve uma forte participação em feiras e exposições, divulgação em mídias sociais, para ampliar possibilidades de comercialização, além das compras governamentais. A rede também procurou cumprir seu papel social diante da grave crise e realizou volumes significativos de doações para comunidades carentes.

A CooperCentralVR/Rede Vale do Ribeira é um exemplo muito positivo também no que se refere às boas práticas produtivas, de garantia de saúde e segurança no trabalho e mantém um programa permanente de formação e qualificação dos associados aos empreendimentos, reforçado pelas ações previstas no projeto.

As ações que a rede vem desenvolvendo buscam também colaborar com a diversificação produtiva e manejo ambientalmente sustentável, visto que a região é historicamente marcada pela monocultura, em uma região que precisa ser

protegida, por se tratar de uma das últimas grandes áreas preservadas de Mata Atlântica.

Talvez o elemento mais positivo seja o envolvimento da rede e de seus EES em ações de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais), apoiando a ampliação do plantio do palmito Jussara, a incorporação de carbono no Solo e a preservação dos SAF (Sistemas Acroflorestais), o turismo de base comunitária, a conservação da biodiversidade, da diversidade agrícola e a promoção da diversidade cultural da região, os povos tradicionais, como quilombolas, rompendo com os ciclos de exploração predatórias que historicamente procuram se expandir na região.

Redes Unisol Bahia

<p>Municípios do estado da Bahia envolvidos: Abaíra, Amargosa, Baixa Grande, Camamu, Ituberá, Jaguaripe, Jequiçá, Maracás, Milagres, Mucugê, Mutuípe, Nilo Peçanha, Piatã, Pintadas, Povoado De Tejuco, Seabra, Taperoá, Valença.</p>	<p>Número de EES: 52</p> 
<p>Objetivos da Rede: facilitar o acesso a novos mercados, ampliar a comercialização e ampliar a capacitação dos empreendimentos que compõem a rede e aprimorar a gestão.</p>	
<p>Principais produtos e serviços: agricultura familiar, alimentação e artesanato.</p>	

Na Bahia, foram constituídas 6 Redes de cooperação solidária: Baixo Sul Quilombola, Chapada, Jacuípe, Jiquiriça, Valença Solidária e Litoral Norte³⁵. As redes promovidas pela UNISOL BA destacaram como ação central a promoção da comercialização, que se constituía como um dos principais

³⁵ Apesar de inicialmente as ações do projeto promoverem a organização da REDE VITÓRIA DA CONQUISTA, ela acabou se desfazendo ao longo do processo. Por outro lado, as ações junto aos Empreendimentos ligados a essa Rede deram embasamento para se reorganizarem em uma ação de certificação para agroecologia na região. Em março de 2022 dois empreendimentos ligados a Rede Vitória da Conquista decidiram retomar as atividades para sua reorganização como Rede de Economia Solidária.

problemas enfrentado pelos empreendimentos da Economia Solidária na região. As grandes distâncias e as dificuldades logísticas impediam que os produtos chegassem aos centros consumidores do estado e dos municípios e vilarejos.

Inicialmente, foram constituídas as Redes Jacuípe, Vale do Jiquiriça e Valença Solidária que já possuíam uma embrião de organização em rede, já acumulavam uma compreensão sobre a importância da Economia Solidária a partir de ações realizadas em processos anteriores. Também foram escolhidas levando em consideração questões relacionadas ao território, como baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), forte presença de empreendimentos formado por mulheres e necessidade de apoio para novos passos. Essas redes eram muito focadas nas questões produtivas e com o projeto poderiam ampliar suas ações coletivas para outras dimensões, como articulação territorial, comercialização, ações no campo de gênero, juventude, compras coletivas etc.

Essas redes foram contempladas com ações de elaboração de Planejamento Estratégico Participativo da rede, plano de negócios, plano logístico, plano de comunicação e marketing, elaboração de identidade visual, catálogo de produtos, consultoria em agronomia para diagnóstico para a avaliação produtiva, consultoria nutricional para desenvolvimento de produtos e tabela nutricional, consultoria contábil e jurídica para formalização dos EES e obtenção de certificações, além das atividades formativas.

Os planos foram elaborados com apoio de consultorias, que colaboraram com a execução e monitoramento das ações, mas, contaram com a participação ativa dos associados e associadas, que definiram dentre as ações previstas no projeto quais colaboravam de forma mais efetiva para os avanços necessários.

As demais Redes foram se constituindo ao longo do processo, aprendendo com as experiências já em andamento ou se formaram a partir do desdobramento das redes inicialmente previstas.

O planejamento estratégico elaborou Planos de Ação baseados em 05 eixos:

Eixo 1 – Produção, logística, comercialização e consumo;

Eixo 2 – Financiamento: crédito e finanças solidárias;

Eixo 3 – Conhecimentos: formação e capacitação dos EES;

Eixo 4 – Integração, Parcerias e institucionalidade;

Eixo 5- Articulação e fortalecimento auto gestor comunitário.

O eixo de financiamento, crédito e finanças solidárias foi o que menos avançou. De todo modo, houve um conjunto de atividades para conhecimento de experiências que possibilitarão no futuro que esse tema possa se desenvolver.

De modo geral, apesar das particularidades de cada rede, foram registrados avanços relacionados à melhoria da produção, com as consultorias de agrônomos e nutricionistas que elaboraram diagnósticos e colaboraram para que, de forma participativa, fossem construídas medidas de superação ligadas à melhoria produtiva e boas práticas de manejo.

Também foram registrados avanços na comercialização, particularmente, com o apoio do projeto para a participação em feiras e o estabelecimento de pontos de comercialização da Economia Solidária. O projeto contribuiu ainda com capacitação para que os EES pudessem acessar as compras públicas. Para a comercialização, um apoio relevante do projeto foi a elaboração da identidade visual das redes e EES, com logomarca, elaboração e impressão de rótulos para produtos, conforme critérios previstos em Lei, com o auxílio de consultoria nutricional.

É importante destacar também que, se a pandemia gerou uma crise na comercialização dos produtos das redes baianas, por outro lado, acelerou a construção de planos para o e-commerce. Com o fim das medidas de isolamento e o aprendizado ao longo da pandemia, avançaram com a estratégia de pontos de comercialização físicos, organizando coletivamente, em cada território do estado da Bahia.

Em relação à capacitação, foram ministrados cursos relacionados à gestão dos empreendimentos, sobre os instrumentos e modelos jurídicos de formalização e sobre a legislação e tributação da Economia Solidária. Uma experiência muito interessante foi a manutenção do processo formativo ao longo da pandemia, como estratégia para não desmobilizar o que já haviam consolidado de avanços no período anterior.

Essa ação colaborou com o compartilhamento de informações de forma mais abrangente para os EES envolvidos, serviu para difundir as medidas de prevenção contra a Covid-19, para monitorar e apoiar as medidas de combate à violência doméstica, para aproximar as famílias dos associados e associadas para participarem dos debates, para trocar experiências de estratégias de atuação durante a fase mais aguda da pandemia, e para organizar ações de solidariedade, como arrecadação de alimentos para doação.

O eixo relacionado à integração, parcerias e institucionalidade também avançou, com estabelecimento de diálogos com os órgãos públicos municipais e estadual, que resultaram em novos apoios para os EES e redes envolvidas. Desse modo, recursos necessários para avançar nas diferentes dimensões que não estavam previstas no Projeto Redes, foram financiadas com recursos de outras parcerias. Um dos exemplos,

foram as orientações da consultoria nutricional, de alguns equipamentos necessários para as boas práticas de manejo, adquiridas com recursos de outras parcerias.

No eixo 5, a ação central era o engajamento dos empreendimentos na consolidação das redes, que registrou avanços com reuniões periódicas, planejamento das ações coletivamente e na formalização de alguns dos EES envolvidos no Projeto Redes.

A Rede Jacuípe foi formada em torno de 4 empreendimentos com forte vocação agrícola e está localizada em um território do semiárido, enfrentando periodicamente meses de seca. Inclusive, logo no início da atual fase do projeto a região sofreu com uma grande seca, o que prejudicou a produção agrícola dos EES envolvidos, prejudicando também avanços mais consistentes no eixo ligado ao desenvolvimento produtivo e comercialização.

Ainda assim, realizou o conjunto de ações previstas no projeto, o que colaborou para pensar em soluções alternativas que levassem em conta as características do território. Uma das ações foi o desenvolvimento de produtos de artesanato com insumos locais. Os empreendimentos ligados à rede aproveitaram o período da seca para poder avançar na formalização dos empreendimentos e na definição de ações coletivas e o projeto também apoiou o desenvolvimento de produtos de artesanato.

A Rede Jiquiriça possui 11 empreendimentos da agricultura familiar. Além dos alimentos cultivados, principalmente fruticultura, essa rede tem como destaque a produção de sequilhos, comercializado através da marca “Afagos da Terra” criada pela consultoria de marketing fornecida pelo projeto. Em um primeiro momento, a rede se ocupou de ações relacionadas à

formação e articulação territorial, e em um segundo momento, ao desenvolvimento de ações de comercialização.

A Rede Valença Solidária também reúne 11 empreendimentos da agricultura familiar, no território da cidadania do Baixo Sul baiano. A rede já existia, apoiada por projetos anteriores, mas precisava dar uma salto na organização da gestão e na comercialização, buscando acesso a novos mercados e promovendo a capacitação dos empreendimentos que compõem a Rede. Em termos de produtos, a proposta foi a de desenvolver e valorizar marcas de produtos selecionados dos EES envolvidos. Em termos de mercados, buscaram analisar e mapear novos espaços para a comercialização, além de desenvolvimento de embalagens e identidade visual das marcas.

Para o aprimoramento produtivo, o projeto disponibilizou a consultoria em agronomia, que realizou um diagnóstico dos 11 empreendimentos, identificando a diversidade e capacidade produtiva, dificuldades técnicas, e oportunidades para a produção de novos produtos. O projeto também apoiou representantes da Rede para realizarem visitas técnicas a outros produtores de rebanhos, de modo a conhecer e disseminar boas práticas de criação e manejo. Ainda no campo da melhoria produtiva, a Rede teve acesso a consultoria nutricional para avaliação dos produtos, para o desenvolvimento de novos produtos, para aplicação de boas práticas no manejo de alimentos e rebanhos, e para a elaboração de tabelas nutricionais de produtos processados ou semiprocessados.

Também foram realizadas atividades formativas em Economia Solidária com temas sobre o conceito de cooperativismo e associativismo, sobre quais são os instrumentos e modelos jurídicos de formalização, bem como a legislação e tributação da

Economia Solidária, além de temas relacionados ao comércio justo, Redes e Cadeias Produtivas Solidárias.

A Rede Baixo Sul Quilombola é um desdobramento da Rede Valença Solidária. Ao longo do projeto foi ficando mais evidente que os EES ligados agora à Rede Baixo Sul Quilombola tinham características particulares, objetivos e possibilidades comuns que davam mais unidade entre si. Desse modo, uniram os 15 EES provenientes de quilombos remanescentes e assentamentos da reforma agrária para criarem essa nova rede. Eles contam com outros projetos que apoiam suas ações, como o ATER Mulher (Assistência Técnica e Extensão Rural para Mulheres), que colabora com o fortalecimento da participação e geração de renda das mulheres que compõem a rede.

A Rede Chapada, com 7 EES, está desenvolvendo um projeto chamado “sementes da chapada”, que busca resgatar conhecimentos ancestrais de comunidades remanescentes de quilombos, trazendo práticas culturais que interagem de forma sustentável com o meio ambiente. A rede também tem desenvolvido uma proposta de turismo comunitário em contraposição ao turismo predatório em curso na região. Como próximos passos, a rede pretende desenvolver um projeto de comercialização.

A Rede Litoral Norte, com 4 empreendimentos, é a mais recente, que se constituiu já no final do Projeto Redes, mas tem uma coordenação geral, o comitê de mulheres e jovens (tem uma participação relevante da juventude) e elaborou seu planejamento estratégico. A rede está organizando ações de reciclagem e agricultura familiar com os empreendimentos envolvidos.

A estratégia de organização de Redes de cooperação solidária foi abraçada pelos EES filiados à UNISOL BA. Enxergaram nessa

proposta uma forma de organizar os territórios, de articulação dos trabalhadores e empreendimentos diante da dificuldade de organização de pequenos negócios dentro de uma sociedade capitalista e desigual. Os ganhos advindos dessa experiência, de organizar de forma coletiva a formação, articulação, produção e comercialização intra-redes e inter-redes, resultou na decisão de constituir, ao todo, 15 redes nos diversos territórios do estado, como desdobramento do projeto atual.

A avaliação dos e das participantes é que, mesmo com as dificuldades resultantes da pandemia da Covid-19, avançaram na comercialização, na articulação política nos territórios na participação e ações de gênero com o comitê das mulheres, inclusive, para ajudar as mulheres em ações contra a violência durante a pandemia. Avaliam ainda que, mesmo com o pequeno investimento, houve um aumento da participação da juventude. Como resultado final, a estratégia de organização em rede se tornou “a espinha dorsal” da organização da Economia Solidária no estado, considerando os EES filiados à UNISOL.

3. A atuação de jovens e mulheres na Economia Solidária

Um capítulo muito especial e inspirador! Relatar as atividades realizadas, os desafios e os frutos colhidos para o fortalecimento da autonomia e emancipação das mulheres e da juventude na Economia Solidária. Como veremos, foi muito importante que o projeto incluísse o tema como estrutural.

Há uma participação expressiva de mulheres (52,8%) e jovens (21,8%) nos EES que compuseram as redes do projeto, ou seja, percentuais muito próximos dos encontrados no total da população brasileira. No entanto, assim como nos demais espaços, aqui também encontramos as desigualdades e dificuldades encontradas por jovens e mulheres para terem acesso à uma ocupação que lhes garanta autonomia financeira.

A primeira atividade desenvolvida buscando fortalecer a participação desses segmentos foi a realização de um diagnóstico socioeconômico das mulheres e da juventude no contexto da Economia Solidária. Esse instrumento foi atualizado periodicamente, de modo a poder acompanhar as dificuldades e resultados e seus resultados foram debatidos coletivamente. Desse modo, o diagnóstico possibilitou compreender qual a participação de mulheres e jovens nos empreendimentos solidários e nas redes de cooperação solidária, qual o perfil desses segmentos, quais as dificuldades encontradas para atuação nos empreendimentos ou mesmo de participação nas redes de cooperação solidária. Com esse diagnóstico, os Comitês de Jovens e os de Mulheres tiveram um conjunto de informações para elaborar seu Plano Estratégico de atuação.

Mulheres e Economia Solidária

Em nossa sociedade, histórica e estruturalmente, as mulheres estão em desvantagens no acesso a bens, serviços, renda e oportunidades. É também reduzida - e dificultada - a participação política das mulheres. A dimensão mais cruel dessa desigualdade social ao qual as mulheres estão submetidas são as altas taxas de violência e feminicídio.

A inserção da mulher no mercado de trabalho é marcada por desigualdades no acesso e permanência e também, na passagem para a aposentadoria. As mulheres são maioria entre a população em idade de trabalhar (acima de 14 anos de idade), somando 51,66% da população total, enquanto os homens representam 48,34%. Apesar de ser maioria na população, entre as pessoas que compõem a força de trabalho (procurando um emprego ou trabalhando) as mulheres representam 43,76% (PNADC/IBGE, 1º trimestre de 2022).

O fato de as mulheres serem maioria na população apta ao mercado de trabalho mas, por outro lado, na força de trabalho ter uma participação menor, resulta em um maior número de mulheres na inatividade, fora da força de trabalho, somando 64,66% do total de pessoas nessa condição, portanto, sem rendimentos próprios provenientes do trabalho (PNADC/IBGE, 1º trimestre de 2022).

A maior presença das mulheres no grupo “fora da força de trabalho” decorre de vários fatores: a falta de serviços públicos de cuidados para as crianças e para as demais pessoas da família que requerem cuidados especiais, dificultando que ela permaneça no mercado de trabalho; a longa jornada de trabalho doméstico não compartilhado que recaí sobre as mulheres; a falta de

oportunidades com melhores condições de trabalho e salário para as mulheres no mercado de trabalho; demissão das mulheres quando acaba a licença maternidade; não contratação ou demissão de mulheres com crianças pequenas; situações de assédio moral e sexual no trabalho remunerado; concepções machistas de companheiros que exigem que as mulheres fiquem no espaço doméstico; entre outros.

Mesmo entre aquelas que estão no mercado de trabalho há desigualdades. Entre as que estão trabalhando, as mulheres têm uma participação menor do que sua representação na população total: somos 51,66% da população, mas apenas 42,45% do total de pessoas que estão ocupadas (PNADC/IBGE, 1º trimestre de 2022).

E ainda, as mulheres têm acesso aos empregos mais precários, mais instáveis, com menor remuneração e em ocupação que chamamos de feminizadas (com maioria de mulheres e que são menos valorizadas em nossa sociedade, tanto no sentido social como monetário): a remuneração média das mulheres representava 77% do que homens recebem³⁶ - essa desigualdade na remuneração é ainda maior para as mulheres negras (PNADC/IBGE, 1º trimestre de 2021). E considerando aquelas que estão no mercado de trabalho na condição de desempregada, a taxa de desemprego das mulheres é de 13,7%, enquanto dos homens é de 9,1% (PNADC/IBGE, 1º trimestre de 2022).

As mulheres também são as que têm maior tempo de trabalho dedicado aos afazeres domésticos e tarefas de cuidados. A média de jornada semanal no trabalho produtivo foi de 34,8

³⁶ Rendimento médio real, habitualmente recebido por mês e efetivamente recebido no mês de referência, do trabalho principal e de todos os trabalhos, PNADC/IBGE, 1º trimestre de 2020.

horas para mulheres e de 39,9 horas para homens (2019). Por outro lado, a jornada semanal realizada no trabalho reprodutivo registrou 11 horas para os homens e 21,4 horas para as mulheres. As mulheres, no Brasil, realizam jornadas totais de trabalho de 56,2 horas semanais (remunerado e não remunerado), ou seja, 5,3 horas a mais do que os homens (PNADC/IBGE, 2019).

Outro ponto é que o total de famílias chefiadas por mulheres tem crescido nas últimas décadas, dado o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, maior autonomia financeira e avanços das mulheres em sua participação nas diversas esferas da vida. De um total de 72,4 milhões de domicílios no país em 2019, as mulheres eram chefes de família em 34,9 milhões, ou 48,2% do total. Vale destacar que essa participação tem forte relação com o formato de famílias que mais cresce no país: monoparentais, composta por mulher e um ou mais filhos(as). Parte significativa dos domicílios que tem como responsável uma mulher, ela é negra e a não possui conjuge — o que significa nesse caso, necessidade de cuidar sozinha do trabalho reprodutivo e, na maior parte das vezes, ser a única responsável pela composição da renda familiar.

Essas desigualdades no mercado de trabalho e fora dele contribuem para que as mulheres estejam mais suscetíveis à pobreza, e que tenham mais dificuldade de superá-la, quando comparadas à realidade dos homens. Segundo a ONU, a pobreza está relacionada à dificuldade de auferir recursos suficientes para garantir o seu sustento e o de sua família, nesse sentido, está ligada às oportunidades de trabalho e de acesso a espaços de produção. Mas a pobreza também está relacionada ao acesso a bens essenciais à vida e aos serviços públicos, como moradia, acesso à luz, água, mobilidade, educação, lazer, cultura e saúde. A

pobreza também está relacionada à discriminação e às diversas exclusões sociais. E ainda, segundo a ONU, *“As mulheres suportam uma parte desproporcional do fardo da pobreza e as crianças que crescem nessa situação acabam por ficar em desvantagem para sempre”* (Declaração e Programa de Ação da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, 1995³⁷).

Segundo o Índice de feminidade da pobreza, que compara a percentagem de mulheres pobres de 20 a 59 anos em relação aos homens pobres nesta mesma faixa etária, no Brasil, em 2020, para cada 100 homens vivendo em lares pobres da região, havia 113,3 mulheres nesta mesma situação (Cepalsat, CEPAL, 2020).

Nesse cenário de desigualdades, soma-se ainda o de despreteção à vida das mulheres frente aos números - inacreditavelmente altos - de violência e feminicídio existentes no Brasil. Segundo dados compilados pelo Instituto Patrícia Galvão: a cada dia, ocorrem 160 estupros, 3 feminicídios e 720 registros de agressão pela Lei Maria da Penha. E ainda, a cada dois dias uma pessoa trans ou gênero-diversa é assassinada (2018).

Esse quadro, desenhado a partir de alguns indicadores, demonstra as desigualdades e violências cotidianas às quais as mulheres estão submetidas, apoiadas por uma sociedade patriarcal e pelo modo de produção capitalista.

Consideramos que a Economia Solidária seja um mecanismo que pode e deve colaborar com a superação dessa situação. Os princípios básicos da Economia Solidária estão em linhas com os

37

Disponível

em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Confer%C3%A2ncias-de-C%C3%BApula-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas-sobre-Direitos-Humanos/declaracao-e-programa-de-acao-da-cupula-mundial-sobre-desenvolvimento-social.html>

princípios de superação das desigualdades vivenciadas pelas mulheres na nossa sociedade, em linha com a Economia Feminista: a valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todas/os como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do trabalho e do papel das mulheres na economia e na produção da vida; o compartilhamento do trabalho necessário para a reprodução cotidiana da vida; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; valorização da cooperação e da solidariedade (SOF, 2016³⁸).

No entanto, a inserção das mulheres na Economia Solidária também sofre com as consequências das desigualdades presentes na sociedade. As mulheres se encontram nos Empreendimentos Econômicos Solidários com maior fragilidade econômica e informais. As iniciativas construídas por mulheres, em grande parte, tem até 10 integrantes e estão assentadas na necessidade de compatibilizar as atividades domésticas e de cuidados com um trabalho que gere renda (COSTA, 2011)³⁹. Entre outras questões, com a necessidade de realizar o trabalho doméstico e de cuidados (o trabalho reprodutivo, necessário à sustentabilidade da vida), acabam por realizar jornadas de trabalho produtivo menores, o que resulta também em rendimentos menores. Os EES com maior presença de mulheres tem como atividade principal aquelas ligadas a atividades feminizadas, como dito, menos valorizadas social e monetariamente.

³⁸ Disponível em: <http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/02/cartilhaSOFdigital.pdf>

³⁹ Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/15649-Texto%20do%20artigo-66160-1-10-20111121.pdf>

Por todos esses motivos a renda gerada pelas mulheres na Economia Solidária é importante para sua autonomia financeira e para contribuir com o orçamento familiar, mas essa renda é ainda muito reduzida e, em média, inferior à gerada pelos homens nos EES. Outro elemento é que as políticas nacionais para a Economia Solidária ainda se dirigem para um sujeito genérico, que em nossa sociedade é marcado pela forma de inserção econômica, social, política e cultural dos homens. Mas sabemos que há uma diversidade de sujeitos envolvidos nos empreendimentos solidários com necessidades de políticas públicas e ações distintas (Bonumá, 2015⁴⁰).

De todo modo, a Economia Solidária permite a inclusão social e simbólica, o sentimento de pertencimento e engajamento em um processo coletivo de produção e, para avançar, a Economia Solidária precisa ampliar a visão sobre as esferas produtivas e reprodutivas como esferas articuladas (Bonumá, 2015).

Em seu balanço dos avanços da Economia Solidária, no documento final, a II CONAES⁴¹ (Conferência Nacional da Economia Solidária), realizado em 2010, destaca:

(...) que a Economia Solidária é espaço potencial para o aumento da participação das mulheres e de povos e comunidades tradicionais em iniciativas econômicas solidárias de produção, serviços, finanças e consumo, ainda que permaneçam existindo relações desiguais de gênero, raça e etnia que precisam ser superadas com o

⁴⁰ Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/132849/000984396.pdf?sequence=1>

⁴¹ Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/Economia_Solidaria_a_II/texto_base_2_conferencia_economia_solidaria.pdf

fortalecimento das redes feministas e de etnodesenvolvimento (II CONAES, p. 16).

Considerando esse contexto, a II CONAES definiu como objetivo a ser considerado para a construção da Política Nacional de Economia Solidária *“contribuir para a igualdade entre homens e mulheres, respeitando a diversidade sexual, de raça, de etnia e de geração, propiciando condições concretas para a participação de todos e organização dos setores historicamente excluídos”* (Conaes II, p. 26). E além, ao reforçar que a Economia Solidária deve incorporar os princípios e lutas do feminismo:

É necessária a incorporação do feminismo como estratégia de igualdade, reconhecendo a contribuição econômica das mulheres, atuando na desnaturalização do seu papel de cuidadora, colocando a produção do viver como central na organização da economia e incorporando ações que promovam a igualdade. Faz-se, portanto, necessário o fomento de políticas públicas de Economia Solidária voltadas para a questão de gênero em articulação com a Secretaria Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres” (CONAES II, p. 36).

Na III CONAES (2014) o tema da participação das mulheres na Economia Solidária aparece com mais força, e apresenta um conjunto de diretrizes, objetivos e metas relacionados com essa temática na consolidação do documento final da conferência, que define o Plano Nacional da Economia Solidária⁴² para o período de 2015 a 2019.

⁴² Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

É olhando para esses elementos até aqui destacados que a UNISOL Brasil procurou atuar com o Projeto Redes. Como dito acima, a primeira atividade desenvolvida foi a realização de um diagnóstico socioeconômico das mulheres no contexto da Economia Solidária. Um dado relevante é que as mulheres que participaram do projeto estavam, em grande parte, em empreendimentos ligados à agricultura, à alimentação, têxtil e artesanato.

Apesar de uma participação significativa de mulheres e jovens na Economia Solidaria, outros indicadores sistematizados a partir dos dados secundários demonstraram algumas desigualdades nessa participação, com destaque para a renda: enquanto a média de rendimentos dos homens era de R\$ 1.767,56 das mulheres ficou em R\$ 1.639,41. No caso das mulheres negras e, principalmente das mulheres indígenas, essa média é ainda menor: R\$ 1.550,00 e R\$ 250,00, respectivamente (UNISOL Brasil, 2017)⁴³. Esses números demonstram que, apesar dos princípios da Economia Solidária, as oportunidades para as mulheres, mulheres negras e mulheres indígenas nesse modo de organização da produção, ainda é permeado por desigualdades e por isso a necessidade de incluir como ação estrutural o fortalecimento da autonomia e emancipação das mulheres.

As mulheres que formaram os comitês das redes participaram de algumas atividades nacionais realizadas pelo projeto e, diante dos problemas e desafios, destacaram como pontos mais relevantes para atuação:

(1) Combate à violência contra a mulher: garantir a formação de pelo menos uma mulher de cada rede ou da comunidade no curso de formação do projeto Promotoras Legais Populares;

⁴³ Para mais detalhes, vide Relatório de 12/10/2018, meta 5, item 5.1.1, produto 1.

(2) Formação continuada: definir agenda de formações contínuas, realizadas em módulos, a fim de garantir que as mulheres tenham conhecimento da cadeia produtiva, formas de organização e participação, bem como demais assuntos que sejam definidos como prioridade para a rede.

(3) Realização de encontros de mulheres em cada rede: garantir a realização de encontros de mulheres em cada rede, fomentando a participação e o debate das demandas em cada território.

A partir dos elementos trazidos pelo projeto nesse tema, foi elaborado um documento intitulado *“Diretrizes para autonomia e emancipação das mulheres no contexto da Economia Solidária”* que procurou estabelecer um marco, um guia para a construção de planos de ação da UNISOL Brasil, das redes de cooperação solidária e dos Empreendimentos Solidários, de modo a garantir que a Economia Solidária se constitua como um modo de produzir inclusivo, igualitário para todos e todas, alinhado com os princípios de autogestão, cooperação e solidariedade na realização de atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças.

O documento define 4 eixos principais, com temas, diretrizes e propostas para serem construídos internamente nas redes de cooperação solidária e seus empreendimentos, mas também com pautas para defesa nos espaços públicos e em conjunto com outros movimentos de mulheres. De modo resumido, o conteúdo do documento é:

- Eixo 1 - Promover a Economia Solidária para as mulheres: a Economia Solidária deve ter como objetivo contribuir para a igualdade entre homens e mulheres, propiciando condições concretas para a participação qualificada das mulheres;

- Eixo 2 - Avançar na autonomia financeira das mulheres: as mulheres têm participação expressiva na Economia Solidária, no entanto, a renda média gerada é menor quando comparada com a renda dos homens. A Economia Solidária deve promover medidas que aumentem a renda das mulheres, que aumente produção com maior valor agregado, que facilite a comercialização;
- Eixo 3 - Favorecer o acesso aos serviços públicos e aos bens essenciais à vida: a Economia Solidária deve considerar que a inclusão igualitária das mulheres nos EES passa por políticas e ações que articulem as esferas de trabalho produtivo e reprodutivo. Essas medidas, em grande parte, se dirigem ao setor público, mas devem ser uma pauta defendida por toda a Economia Solidária, com o objetivo de exigir a promoção da divisão do trabalho reprodutivo entre homens, mulheres e Estado.
- Eixo 4 - Garantir a participação efetiva das mulheres nos espaços de decisão e gestão da Economia Solidária.

As mulheres participantes das redes foram orientadas a utilizar as diretrizes e ações como (1) um documento de orientação para a construção de planos de trabalho; (2) de promoção do debate e formação com todos os participantes dos empreendimentos da Economia Solidária; (3) as diretrizes também devem ser utilizadas para orientar a construção de pautas junto ao poder público, nas suas diversas esferas de governo, e com outros coletivos de mulheres.

Além do diagnóstico, dos encontros nacionais, dos comitês de mulheres em cada rede e das diretrizes para emancipação das mulheres, foram realizadas reuniões periódicas com os comitês, de modo virtual e presencial. Os comitês estruturaram sua

organização e comunicação com o uso de e-mail e grupos de *WhatsApp*, buscando manter o contato frequente.

Também foi realizada uma Rodada de Encontros Regionais de capacitação para mulheres do cooperativismo e da Economia Solidária, com momentos de formação e organização. O objetivo foi de formar novas lideranças, além de fortalecer a identidade das mulheres do cooperativismo solidário, construir novas estratégias de fortalecimento e promover momentos de troca de experiências.

Ainda no campo da formação, foi realizado o Curso de *Formação de Mulheres: Economia Solidária com Elas*, promovida pela Secretaria de Políticas Afirmativas da Unisol Brasil em parceria com a União Brasileira de Mulheres (UBM) e o Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH). O objetivo da atividade foi aprofundar as discussões feministas, refletir sobre as questões do trabalho e emancipação feminina, patriarcado, violência doméstica e rede de apoio, refletiram sobre como aumentar a participação das mulheres nos espaços de participação e decisão e como fortalecer a rede de mulheres cooperativistas da UNISOL⁴⁴.

As participantes dos Comitês de Mulheres das redes participaram também de atividades organizadas por outros movimentos e organizações de mulheres em suas regiões, como objetivo de trocar experiências das diferentes formas de organização. Por fim, essa promoção do tema resultou na criação da Secretaria de Políticas Afirmativas da Unisol Brasil, com o objetivo de garantir um espaço organizativo das mulheres na UNISOL Brasil.

⁴⁴ Mais informações em: <http://portal.unisolbrasil.org.br/economia-solidaria-com-elas-curso-de-formacao-de-mulheres-promovidos-pela-secretaria-de-politicas-afirmativas/>

Em atividades realizadas com mulheres que participaram do projeto, procurou-se estabelecer um diálogo que captasse suas percepções sobre essa caminhada. O primeiro elemento destacado como positivo foi a criação do Comitê de mulheres, que teve como objetivo promover ações no campo da Economia Solidária, buscando a igualdade de gênero e o enfrentamento da violência contra a mulher, que perpassam a conquista pela autonomia financeira e o gozo de sua cidadania plena.

No entanto, as participantes destacaram limites para manter a participação de forma constante e a principal dificuldade relatada nesse sentido foi a de compatibilizar o trabalho doméstico e o trabalho produtivo nos empreendimentos, destacaram as poucas horas disponíveis para o trabalho produtivo, os problemas relacionados à violência doméstica e de que algumas mulheres ainda enfrentam a proibição dos maridos para participação nos eventos coletivos. Problemas que a Economia Solidária deve colaborar para eliminá-los, mas que precisa também se voltar para o Estado, responsável por garantir serviços de cuidados, educação não sexista e combate efetivo à violência doméstica.

As mulheres destacaram também que, o ainda difícil compartilhamento das tarefas de cuidados entre homens e mulheres e os limites e restrições que isso impõe para as horas de trabalho remunerado, vem se alterando ainda que lentamente. Isso tem ocorrido principalmente, através de uma educação de seus filhos e filhas.

Também destacaram o fato de o artesanato ainda ser considerado uma atividade tipicamente feminina. Pontuaram que essa construção social de desvalorização de atividades consideradas tipicamente femininas, resulta em uma

desvalorização da produção artesanal. O fato de ser considerada uma atividade tipicamente feminina também resulta em limites para que os homens utilizem a produção de artesanato como forma de expressar sentimentos e visões de mundo.

As mulheres também fizeram uma avaliação bastante positiva sobre como as ações do projeto resultaram na qualificação de seus produtos e da forma de produzir, tendo como efeito a melhoria da renda, mesmo em um momento de crise relacionada à pandemia. Importante lembrar que os efeitos negativos da pandemia foram sentidos de forma diversas entre as mulheres das diferentes regiões e dos diferentes setores de atividade ligados ao projeto.

Destacaram também como positivo o fato de as ações realizadas, seguindo os princípios da Economia Solidária, colaborarem para resgatar a autoestima das mulheres e o sentimento de coletivo entre as participantes dos empreendimentos. As mulheres da Rede Mineira de Artesanato destacaram que o processo de organização da Rede também resultou no resgates de suas identidades culturais, de seus símbolos. Um grupo de mulheres da Rede Mineira de Artesanato retomou a roda de artesanato na escadaria da igreja com cantorias coletivas, com troca de informações e apoio mútuo, tradição antiga das mulheres da região que fora abandonada.

No empreendimento ligado ao Assentamento Mariana que compõe a rede Baixo Sul Quilombola também realizamos uma atividade de avaliação com as mulheres. As participantes relataram como o projeto possibilitou a retomada de ações coletivas, organizadas pelas mulheres, que colaboraram para avanços significativos relacionados à produção, comercialização e participação política. As participantes retomaram a produção de

uma horta coletiva (desde a compra das sementes, plantio, manutenção, colheita e comercialização) e reativaram o Grupo Produtivo de Mulheres Maria Assunção Ramos, composto pelas mulheres do Assentamento.

Apesar desses avanços, ainda enfrentam problemas relacionados à compra de insumos para produção de sabonetes e também dificuldades para a comercialização. De todo modo, o grupo está engajado e planejando a possibilidade de desenvolvimento de novos produtos ligados à área de higiene e beleza e também na venda do açafrão in natura e semiprocessado produzido na horta coletiva. Há um conjunto de projetos em andamento ou em busca de financiamento para efetivá-los: piscicultura, processamento de frutas (desidratação e óleo essencial), fábrica de farinha. Há uma participação relevante de jovens mulheres, mas há também uma forte preocupação do grupo com a renovação geracional.

Na visita à Associação de moradores e remanescentes de quilombo de Tapuia, encontramos um grupo com grande participação de mulheres. Destacaram que a pandemia trouxe dificuldades para avançarem de forma mais acelerada na sua organização. Os principais produtos dessa associação são cocadas, balas, licores, um pirulito a partir de uma receita de seus ancestrais quilombolas e bonecas. A organização recente possibilitou organizar melhor a produção, a definição de preços, a elaboração de uma identidade visual dos produtos e a comercialização coletiva. Como futuros passos, definiram a construção de uma cozinha coletiva e a ampliação dos pontos de vendas.

Diante de todos esses resultados e dos desafios que as mulheres ainda precisam enfrentar, é relevante destacar que para

avançar na autonomia financeira das mulheres a partir da Economia Solidária, além de ações próprias junto aos empreendimentos e às redes para desenvolvimento de produtos de maior valor agregado, de encadeamentos produtivos, de ampliação da comercialização, dentre outros, é fundamental pensar em ações no âmbito do trabalho reprodutivo, de melhor divisão do trabalho doméstico entre mulheres, homens e Estado, com o acesso adequado aos equipamentos públicos de cuidados. O acesso aos serviços públicos de cuidados é fator chave para que as mulheres possam se dedicar de forma mais efetiva às ações formativas, produtivas e de organização coletiva.

Nesse sentido, da autonomia financeira, como visto acima, as mulheres participantes do projeto desenvolvem atividades, em sua maior parte, na agricultura familiar. Desse modo é fundamental a elaboração de políticas voltadas ao aumento da renda desses agricultores, seja através do fomento de cadeias produtivas curtas, de políticas de beneficiamento de seus produtos ou de facilitação da comercialização, são elementos importantes para aumentar a renda. Do ponto de vista da agenda pública, há necessidade de retomar e aprofundar as ações de promoção da agricultura familiar para as mulheres e jovens, através de crédito, ATER Mulher (Assistência Técnica e Extensão Rural para as Mulheres), políticas de comercialização, acesso à terra, entre outras.

Outro tema relevante é a formação desse segmento, tanto a educação formal como o acesso a debates de temas relevantes para a sociedade e para a Economia Solidária. Temas como violência contra a mulher, direitos sociais, desigualdades na inserção econômica e social de mulheres e jovens, as questões ligadas ao acesso à educação (da infantil até a universitária) e

também o acesso a equipamentos culturais, as questões relacionadas ao direito e acesso aos serviços públicos - são todos temas que devem estar na pauta de debates e formação das mulheres da Economia Solidária.

A criação da Secretaria de Políticas Afirmativas da Unisol Brasil é um exemplo do amadurecimento desse debate a partir do projeto, que poderá garantir perenidade nas ações relacionadas a essa temática. Além disso, houve um aumento no número de atividades realizadas no âmbito da UNISOL Brasil, das redes e dos EES sobre as temáticas relacionadas às mulheres e à juventude, como pudemos observar na descrição das atividades acima.

Como continuidade, uma das ações de destaque é a organização de debates e ações para concretizar os temas previstos no documento ***Diretrizes para autonomia e emancipação das mulheres no contexto da Economia Solidária***. O conjunto de debates, ações e desafios destacados ao longo do projeto estão traduzidos nesse documento e podem colaborar com novas medidas e ações para superar as desigualdades ainda vividas pelas mulheres na sociedade, na vida e no trabalho.

A Juventude na Economia Solidária

A juventude brasileira tem sofrido de forma bastante contundente a crise econômica que se arrasta há alguns anos. Com a piora das condições no mercado de trabalho, o jovem é empurrado mais cedo para a procura de uma ocupação, de um trabalho que gere renda. A taxa de desocupação entre os jovens de 14 a 17 anos, no quarto trimestre de 2021, era de 37,2%; e na faixa de 18 a 24 anos, de 22,8%. Nesse mesmo período, a taxa nacional de desocupação correspondeu a 11,1% (PNAD/IBGE, 4º trimestre de 2021).

Se não estão no desemprego e diante das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, a juventude é empurrada para as formas precárias de trabalho. Como exemplo dessas novas formas precárias, destaca-se o crescimento dos trabalhadores em aplicativos de entrega. Parte significativa da juventude trabalha a partir dos aplicativos de entrega, com todos os riscos à saúde, à vida, à falta de proteção trabalhista e previdenciária, e são submetido às novas formas de controle e exploração da mão de obra.

Diante de um mercado de trabalho em crise, as possibilidades de inserção ocupacional da juventude pioram e colocam em risco sua saúde, segurança e a continuidade dos estudos. Desse modo, a transição escola-trabalho também é fragilizada e realizada em condições negativas.

Em recente pesquisa realizada pelo Dieese (2020) com a juventude trabalhadora, destaca-se que 29,6% dos que responderam ao questionário não frequentavam a escola porque tinham que trabalhar. Esse dado evidencia a dificuldade para compatibilizar escola e trabalho que a juventude, particularmente a pobre e periférica, tem para continuar os estudos. É importante frisar também que 5,6% das jovens não estudavam porque precisavam cuidar dos filhos/filhas e 3,4% não estudavam porque não havia escola na proximidade da casa ou os horários não eram adequados - problemas que poderiam ser superados com políticas públicas adequadas.

Essas diferentes formas de desigualdade no acesso e permanência no mercado de trabalho tornam-se ainda mais complexas quando observamos os diferentes grupos de juventudes que somam outras dimensões da desigualdade às suas

vidas: a juventude negra, periférica, rural, mulheres, as jovens mães, LGBTQIA+, PCDs, dentre outros.

Na pesquisa citada acima (Dieese, 2020), a percepção da juventude sobre sua vida, trabalho e futuro é marcada pela dificuldade em pensar o amanhã com um cenário tão precário. Como pensar em um emprego de qualidade com a crise econômica e social que o país atravessa? De uma forma geral, há uma percepção comum de piora da situação da economia e, conseqüentemente, da falta de oportunidades de trabalho que lhes garanta um futuro melhor.

Eles também refletem sobre a exploração a que são submetidos em seus trabalhos e empregos, do assédio dos empregadores, das relações de trabalho fortemente antidemocráticas, da perda dos direitos trabalhistas e previdenciários com as reformas que ocorreram nos últimos anos. Desejam sonhar com um futuro em que tenham uma educação de qualidade e emprego sem assédio moral ou sexual, com salário digno, jornada compatível com as outras esferas da vida social, direitos, em um ambiente de trabalho mais democrático.

Vale aqui uma ressalva sobre os debates frequentes da chamada juventude nem-nem, que nem estuda nem trabalha. Essa juventude está mais para sem-sem, sem trabalho e sem escola. Segundo dados da PNAD/IBGE de 2018, 24% dos jovens não trabalhavam e nem estudavam. Observando outras variáveis disponíveis notamos que 4,7% desses jovens estavam realizando afazeres domésticos; 9,7% estavam procurando trabalho; 1,4% estavam realizando algum curso não regular - apenas 8,2% estavam na condição exclusiva de sem trabalho e sem escola.

Diante desse contexto, importante resgatar as possibilidades de atuação da juventude na Economia Solidária:

O envolvimento dos jovens com a Economia Solidária pode contribuir para dar outros sentidos para a vida em sociedade. Sabe-se que nenhuma economia se torna solidária apenas porque homens e mulheres se tornam “bons” ou “conscientes”, mas fundamentalmente quando o trabalho se torna a categoria que orienta todo o processo de trabalho (Razeto, 1993). Ao contrário do que acontece na heterogestão no trabalho assalariado, em uma organização econômica solidária, os jovens podem fazer do processo de trabalho um fator de satisfação de suas necessidades básicas, incluindo as de criação, participação e liberdade. Quando se fala em trabalho associado, tem-se como referência a cultura da autogestão, em que as relações de convivência se dão de maneira distinta da lógica do capital. (Fischer; Pereira; Tiriba; 2013, pág. 72)

No entanto, praticamente não existem políticas públicas voltadas para fomentar ou fortalecer a participação dos jovens na Economia Solidária. Desse modo, a iniciativa do Projeto Redes deve ser tida como uma referência positiva.

Como dito acima, o projeto elaborou um diagnóstico sobre a participação dos jovens nos EES e redes envolvidos no projeto. Esse material foi apresentado para os participantes dos comitês de juventude das redes, que debateram quais ações deveriam ser realizadas para ampliar a participação da juventude na Economia Solidária.

Os jovens que participaram do projeto destacaram que sua participação na Economia Solidária está relacionada aos valores de

um mundo mais justo e solidário, mas que é preciso também avançar no fortalecimento da Economia Solidária para que ela se constitua como uma opção real de futuro, de construção de suas trajetórias de vida. Entre os jovens um tema importante é a expectativa de futuro: a Economia Solidária será suficiente para que ele se mantenha e se torne autossuficiente?

Muitos jovens do projeto são provenientes da agricultura familiar e debateram o êxodo rural e as políticas necessárias para manter essa população no campo, para que seja atrativo se manterem produzindo alimentos. Uma das estratégias debatidas para a juventude foi utilizar a Economia Solidária para constituir novas lideranças, que colaborem com o desenvolvimento de novas tecnologias de produção e com o gerenciamento dos empreendimentos.

Parte relevante da juventude do projeto é composta por mulheres, que sentem duplamente as dificuldades de serem jovens e mulheres em uma sociedade tão desigual como a nossa. Desse modo, participaram ora dos espaços das mulheres, ora dos espaços da juventude.

Como ações desenvolvidas pelo projeto, foram realizados encontros nacionais, onde foram definidos planos de trabalho para as redes, foram realizados percursos formativos sobre Economia Solidária e jovens na política. O projeto também apoiou o intercâmbio entre jovens com visitas às diferentes redes, com o objetivo de conhecerem a realidade de outras regiões.

Também foram realizadas gincanas educativas, com destaque para o sucesso da atividade realizada pelas redes da UNISOL BA. A atividade teve como objetivo potencializar a voz da juventude e promover a auto-organização desse segmento. A gincana teve um formato de “campanha engajamento” com um conjunto de

desafios para os participantes. Pensando no contexto de pandemia da Covid-19, o objetivo foi criar uma rede de solidariedade com ações concentradas em: segurança alimentar, trabalho e renda, informação e fortalecimento da comercialização. A atividade também procurou fomentar o estímulo a geração de conteúdos a respeito da Economia Solidária e seus princípios. Todas as atividades, desde o planejamento, execução e avaliação foram realizadas pela juventude.

Nos relatos avaliativos sobre o projeto, os jovens reforçaram que querem participar, mas precisam de espaço e autonomia para isso. A Rede Baixo Acre, destacou que os próximos passos deverão focar na necessidade de ampliar a participação da juventude, buscando facilitar a renovação dos quadros de gestão dos empreendimentos, com ações específicas para o público jovem.

Na atividade realizada com as redes sob a responsabilidade da UNISOL Bahia, conversamos com um grupo de jovens associados à Asprumi (Associação de Produtores Rurais de Riacho do Miranda), que participa da Rede Baixo Sul Quilombola. Essa foi a experiência mais positiva de participação da juventude registrada nas diversas visitas e encontros. O grupo de jovens destacou a importância das ações voltadas exclusivamente para esse segmento (inclusive do projeto redes, com destaque para a gincana da juventude). Ressaltaram que, além das ações específicas para a juventude, há uma concepção entre os associados mais antigos de que é necessário garantir a renovação para que a Economia Solidária permaneça ao longo do tempo. De outro lado, a juventude local é bastante proativa para sugerir ações e participar das decisões. Uma combinação imbatível para ampliar a participação da juventude.

4. Por que se organizar em Redes de cooperação solidária?

A Rede de Cooperação Solidária tem um conjunto bastante relevante de possibilidades que vão desde a troca de informações, de apoio mútuo, de articulação entre indivíduos e coletivos em diversos espaços, produtivo, público, comunitários, até a ampliação das capacidades produtivas, comerciais e de gestão das organizações sociais. Têm a capacidade de promover um efeito multiplicador das ações realizadas, como uma onda que reverbera, além de gerar sinergias positivas e aumentar a escala produtiva, de serviços e de comercialização, tornando os empreendimentos produtivos mais estáveis. Amplia a possibilidade de inovação e também o desenvolvimento de novas possibilidades de atuação. Conecta um grupo maior de experiências e pode contribuir de modo muito efetivo com o desenvolvimento local.

Apesar de muito positiva, as redes de cooperação solidária também enfrentam um conjunto de dificuldades. Estar atento a esses desafios é relevante para uma experiência exitosa. Problemas como falta de uma definição mais objetiva do propósito da própria rede, problemas relacionados à gestão administrativa, financeira e produtiva, falta de espaço para diálogo, alta rotatividade de participantes e dificuldade para dar continuidade às ações previstas, falta de apoio do poder público e de recursos para investimentos relevantes, dificuldades de promoção da autogestão, da solidariedade e do compartilhamento de poder, entre outras dificuldades que fomos relatando ao longo dessa publicação.

Nesta seção, procuramos retomar alguns dos pontos positivos das experiências descritas nessa publicação, de forma sistematizada, e esperamos que ajude a refletir sobre novos processos de formação de redes.

Retomando a definição de redes de cooperação solidária presente no Plano Nacional da Economia Solidária, 2015-2019, citada anteriormente, temos:

Entende-se por redes de cooperação solidária as articulações formais ou não formais entre EES para, de forma conjunta, promover atividades com a finalidade de fortalecer o desenvolvimento de suas atividades econômicas (isto é, organizar e qualificar o processo de agregação de valor de um bem, produto ou serviço), e/ou para promover a comercialização solidária dos seus produtos e serviços, e/ou para fomentar o consumo coletivo de bens, produtos e serviços (Plano Nacional da Economia Solidária, 2015-2019, p. 18)⁴⁵.

Desse modo, partindo dessa definição inicial, nosso desenho de rede tem três aspectos básicos:

1) É a ação conjunta de Empreendimentos da Economia Solidária, que formam uma rede entre si. Dessa forma, os nós, os elos da rede são formados principalmente pelos EES, mas também por seus associados e associadas, gerando um conjunto relevante de conexões;

⁴⁵ SENAES/MPT. 1º Plano Nacional De Economia Solidária, 2015- 2019. Brasília, DF: SENAES/MPT, 2015, 44p. Disponível em: http://www.unisolbrasil.org.br/2015/wp-content/uploads/2015/06/plano_nacional_de_ecosol_12062015_com_capa.pdf

- 2) Pode ser formalizada, como uma cooperativa central, de segundo grau, ou pode ser informal. Os EES ligados à rede também podem ser informais ou formais;
- 3) Tem como objetivo fortalecer as atividades econômicas, a comercialização ou o consumo coletivo de bens e serviços.

Esses são apenas os aspectos básicos da organização em rede. O registro do percurso do Projeto Redes até o presente momento, demonstrou a diversidade de possibilidades para a organização das redes de cooperação solidária. Como propõe Martinho (2001)⁴⁶ as Redes são organizações complexas e dinâmicas. Desse modo, uma primeira questão a ser observada é que mesmo com apoios semelhantes, houve uma diversidade de resultados do Projeto Redes, que extrapolaram os três aspectos básicos citados acima.

É relevante também resgatar quais devem ser as características de uma rede de cooperação solidária, também descritas de forma mais detalhadas no primeiro capítulo dessa publicação: objetivos comuns e uma orientação comum; autonomia das partes; preservar e respeitar as identidades individuais e a coletiva; participação voluntária e baseada na cooperação e solidariedade; sem hierarquia, com multiliderança; sem um centro, o poder é descentralizado.

Das experiências relatadas anteriormente, algumas redes têm foco específico na comercialização coletiva dos mesmos produtos in natura, semiprocessados ou processados, elaborados pelos EES, buscam principalmente volume de produção para compras

⁴⁶ MARTINHO, Cássio. Algumas palavras sobre rede. In: SILVEIRA, Caio; REIS, Liliane. (Org.). Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias. Rio de Janeiro: Rede DLIS, 2001.

públicas e mercados atacadistas e varejista, ganham escala de produção e redução de custos com a atuação em rede. Temos exemplos de redes que conseguiram avançar em produção coletiva, também resultando em ganhos de escala. Outras redes, também focadas na comercialização, fomentam a venda de um portfólio de produtos bastante variado, nesse caso, o conjunto de EES e produtos facilitam a consolidação de um espaço único para as vendas, seja uma loja física, sejam as feiras, e ganham escala com a logística de comercialização e a variedade para atender os mercados consumidores. Algumas redes têm uma vocação maior para a articulação territorial do movimento da Economia Solidária, buscando apoios imprescindíveis para o fortalecimento das redes e seus EES. Outras redes criaram encadeamentos produtivos ou de complementação de serviços, buscando fazer com que uma parte maior de recursos financeiros seja apropriado pelos EES da rede, que circule dentro da Economia Solidária. Algumas redes fizeram um pouquinho de cada uma dessas atividades.

Esses resultados distintos estão ligados ao processo de autogestão, de reflexão local sobre as necessidades e sentidos que cada grupo definiu para avançar em aspectos como melhorias produtivas, melhorias na gestão administrativa e financeira, e ampliação da comercialização. E ainda, em articulações no território, promoção de práticas ambientalmente sustentáveis, combate às desigualdades sofridas por mulheres e jovens, promoção de identidades culturais, entre outros.

Desse modo, o primeiro passo é a sensibilização de EES e mobilização para a constituição de uma rede, baseada em problemas comuns e no desejo comum de superá-los. Pactuada a participação voluntária dos EES, o novo passo é organizar

objetivos e o sentido da caminhada. O que queremos com essa união? Como iremos alcançá-la?

Nessa primeira fase de organização das redes pudemos observar que a metodologia de ciclo de impacto e a elaboração do Plano Estratégico Participativo foram instrumentos relevantes para colaborar com a vida inicial da rede.

Essas metodologias incorporam uma lógica que assegura que ações sejam organizadas dentro de uma concepção estratégica, participativa e solidária. O Ciclo de Impacto, como descrito na introdução da presente publicação, estimula a formulação de questões essenciais sobre a sua gestão das diversas dimensões (administrativa, financeira, de processos, de comunicação e marketing, de mobilização de recursos), além da promover a mensuração de impacto e sua avaliação permanente.

O Planejamento Estratégico Participativo é um processo elaborado a partir do debate e pactuado entre todos os participantes, pensado para coletivos e organizações com processos de decisão horizontais, que irá definir as bases de atuação, os objetivos de curto, médio e longo prazo, e as ações necessárias para alcançá-los consolidadas em um Plano de Ação (conjunto de ações, com os respectivos prazos, as pessoas responsáveis e os recursos necessários, para chegar a um resultado proposto)⁴⁷.

Como dito acima, as redes podem ser formais ou informais. Mas a trajetória das Redes, com o passar do tempo, com o processo de consolidação de sua atuação, com novas demandas de apoio à atividade econômica e de comercialização, entre

⁴⁷ Para maiores informações sobre como realizar o Planejamento Estratégico Participativo, acesse: https://www.campinas.sp.gov.br/arquivos/gestao-desenvolvimento-pessoas/txt_apoio_marcos_silva.pdf

outras, pode apontar para a necessidade de formalização. Neste caso, o processo deve ser conduzido de forma participativa e com respeito aos tempos de cada EES para os consensos necessários. Importante destacar que a formalização tanto dos EES como da rede facilita o acesso a novos mercados consumidores.

Para os objetivos relacionados a fortalecer as atividades econômicas, a comercialização ou o consumo coletivo de bens e serviços há também um conjunto de ferramentas que podem apoiar essas ações, como o Plano de Negócios Participativo, o Plano de Comercialização, o Diagnóstico Produtivo e o Estudo de Viabilidade — podem colaborar com o desdobramento das ações definidas no Plano de Ação. É relevante também que a rede promova ações que resultem em melhorias na gestão contábil, logística, na observação das questões jurídicas e legislações pertinentes à cada atividade econômica, na formação de preços, entre outros elementos.

A gestão cotidiana da rede também precisa ter atenção à premissa da participação, do fomento aos espaços de diálogo e construção de consensos que resultem em confiança entre os pares. Dentre as atividades de gestão, o registro da memória institucional é um elemento relevante: como surgiu, quais caminhos trilharam, como superaram os desafios dessa caminhada, de modo que, com a chegada de novos e novas participantes esse aprendizado não se perca e seja compartilhado através de processos formativos. Esse processo deve também fomentar a participação dos vários segmentos populacionais presentes nos EES e o surgimento de novas lideranças, de modo a possibilitar a transição periódica de coordenações e a transição geracional nos espaços da Economia Solidária - ponto fundamental para a longevidade dessas organizações.

É preciso ter em mente que processos de organização de atividades econômicas tem tempos de maturação distintos, e na Economia Solidária esses tempos estão relacionados a diversos fatores. Um ponto que demonstrou ampliar a capacidade de atuação das redes e acelerar processos de maturação foi a busca de parceiras com um conjunto o mais amplo possível de instituições e de articulações no território. Essas articulações e parcerias resultaram em recursos financeiros para investimentos necessários e apoios técnicos que não estavam cobertos pelo Projeto Redes.

As melhorias produtivas devem considerar medidas que melhorem a qualidade dos produtos, que melhore as condições de trabalho, que se atente às determinações dos órgãos fiscalizadores, principalmente na área de produção de alimentos e também avançar na produção agroecológica, orgânica e sustentável. Dentre as melhorias, é relevante estar atendo a possibilidades de desenvolver novos produtos, em diálogo com os consumidores.

O relato dos participantes do projeto Redes demonstrou como é fundamental a assistência técnica na dimensão produtiva, por outro lado, sabemos dos limites atuais da oferta dessa política pública. Organizar a rede para compartilhar esse tipo de serviço ofertado por organizações solidárias e também reivindicar do poder público é uma ação importante.

Em relação à comercialização, os programas de compras públicas são espaços muito relevantes para a Economia Solidária. Desse modo, a formalização é um elemento chave, mas também a gestão produtiva para garantir o atendimento aos pedidos com qualidade. Com a participação em programas como PAA e PNAE, há um espaço de comercialização permanente e com ganhos de

escala. No entanto, a pandemia demonstrou que ter apenas um canal de comercialização pode levar a crises que desestabilizam as organizações. E mais, não apenas a pandemia, mas a mudança desses programas nos últimos anos também resultaram de instabilidade na comercialização. Utilizar as compras públicas como estratégia para ampliar a comercialização e escala como primeiro passo, mas depois buscar novos espaços de comercialização deve estar no horizonte das redes.

Para aumentar a participação de jovens, autonomia é a palavra-chave. Fomentar que a juventude realize projetos de forma autônoma na Economia Solidária dá sentido aos princípios que os aproxima dos EES. Por se tratar de uma organização social coletiva, a transição geracional é um processo importante e necessário para garantir a continuidade da rede ao longo do tempo.

Outro tema que deve compor toda a estratégia de construção das redes é o fortalecimento das mulheres na Economia Solidária. A frase “as mulheres não querem participar” utilizada como justificativa para a baixa participação de mulheres em cargos de liderança na Economia Solidária é um reforço da cultura machista que limita a participação das mulheres nos espaços públicos e de poder. Vale lembrar que a educação sexista constrói e reconstrói entre as mulheres uma cultura de não participação em espaços de poder, de fazê-las acreditar que esse espaço não é seu lugar. Desse modo, deve existir uma preocupação permanente de empoderamento e formação de lideranças mulheres que rompa com essa cultura. Para isso, também é relevante garantir a participação das mulheres em todo o processo de planejamento e a gestão dos EES e da rede.

A rede também precisa colaborar para ampliar a renda das mulheres, promovendo melhorias produtivas, desenvolvendo produtos e serviços com maior valor agregado, ampliando as capacidades comerciais da rede, particularmente, nos EES com maior presença de mulheres. Para garantir que as mulheres consigam dedicar mais horas ao trabalho remunerado, é preciso também que a rede se envolva nas lutas conjuntas para acesso aos serviços de cuidados e nas políticas públicas de educação não sexista, que promovem a cultura do trabalho doméstico compartilhado entre todos os entes da família.

Longe de pensar os elementos aqui apresentados como uma “receita de bolo”, uma lista de tarefas para constituição de uma rede, esperamos que esses pontos colaborem com a reflexão inicial e permanente necessária para a constituição de espaços solidários de produção, comercialização e consumo. Esperamos que o relato dessa caminhada de quase cinco anos, traga ideias, oxigene os debates, estimule novas ações! E acima de tudo, que resulte em melhoria de vida para homens e mulheres, que colabore com mais um passo para o mundo solidário que estamos construindo.

